

XIII Seminário dos Estudantes de Pós- Graduação em Filosofia da UFSCar

Caderno de Resumos

Sumário

XIII SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR	1
APRESENTAÇÃO DO EVENTO	4
NOSSA PROPOSTA.....	4
COMISSÃO ORGANIZADORA:	4
PROGRAMAÇÃO.....	5
RESUMO DAS APRESENTAÇÕES	18
ADEMIR SOUZA DOS SANTOS.....	19
ALITZEL VELASCO BURGUNDER.....	20
AMANDA VELOSO GARCIA.....	21
ANA FLÁVIA SANTOS DE SOUZA.....	22
ANDRÉ SANTANA MATTOS	23
ANDRÉ DIAS DE ANDRADE.....	24
ANDRESSA ALVES SOUTO.....	25
CAIO SOUTO.....	26
CARLOS ALBERTO LEITE DE MOURA	27
CLAUDENI RODRIGUES DE OLIVEIRA.....	28
CRISTIANE MOREIRA DE LIMA	29
DANIELI GERVAZIO MAGDALENO	30
DANILO FRANCO MAIMONE.....	31
DAVID FERREIRA CAMARGO.....	32
DEBORAH MOREIRA GUIMARÃES.....	33
EDSON LENINE GOMES PRADO	34
ELIS JOYCE GUNELLA	35
ELOÍSA BENVENUTTI DE ANDRADE.....	36
FÁBIO RODRIGUES DE ÁVILA.....	37
FELIPE CALLERES	38
FELIPE THIAGO DOS SANTOS	39
FLÁVIO LUIZ DE CASTRO FREITAS	40
GABRIEL GURAE GUEDES PAES.....	41
GUILHERME DE LUCAS APARECIDO BARBOSA.....	42
GUSTAVO OLIVEIRA FERNANDES MELO	43
HEGILDO HOLANDA GONÇALVES.....	44
HELIKIM MARQUES TREVISAN.....	45
HENRIQUE NASCIMENTO GUIMARÃES.....	46
ISABELA ALLINE OLIVEIRA.....	47
ISRAEL FABIANO PEREIRA DE SOUZA.....	48
JOÃO PAULO RIBEIRO	49
JOÃO PAULO RISSI.....	50
JOSÉ CARLOS ALVES JUNIOR.....	51
JOSÉ COSTA JÚNIOR.....	52
JOSÉ LUCIANO VERÇOSA MARQUES.....	53
JÚLIA RODRIGUES MOLINARI.....	54
JULIA MAIA PEIXOTO CAMARGO	55
JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DA COSTA	56
LARISSA CRISTINE DANIEL GONDIM.....	57
LEANDER ALFREDO DA SILVA BARROS	58
LILI PONTINTA CÁ.....	59
LUANDA GOMES DOS SANTOS JULIÃO	60
LUCA DOS SANTOS SIMONI.....	61
LUCAS MICHEL DOS SANTOS.....	62
LUCIANO GUTEMBERGUE BONFIM CHAVES.....	63
LUIZ FERNANDO PEREIRA DE AGUIAR	64
LUIZ HENRIQUE MONZANI.....	65
MARCELO MARCONATO MAGALHÃES	66

MARIA APARECIDA DOS ANJOS CARVALHO.....	67
MICHELLE CARDOSO MONTOYA	68
MUNIQUE GAIO FILLA.....	69
NATANAIL TOM DE SANTANA MORADOR	70
NESTOR MÜLLER.....	71
NILTON JOSÉ SÁVIO	72
OTÁVIO VASCONCELOS VIEIRA	73
PAULO FERREIRA JUNIOR.....	74
PAULO JORGE BARREIRA LEANDRO.....	75
PEDRO BRAVO DE SOUZA	76
RAFAEL HYERTQUIST BORDINI	77
RAFAEL PELLEGRINO.....	78
RAFAELA F. MARQUES.....	79
RAUAN DE OLIVEIRA LUIZ.....	80
ROBERTA C. BROWNE	81
RODRYGO ROCHA MACEDO.....	82
TACIANE ALVES DA SILVA	83
TAYRONE BARBOSA JUSTINO ALVES.....	84
THIAGO DAS CHAGAS SANTOS	85
URIEL MASSALVES DE SOUZA DO NASCIMENTO	86
VINICIUS XAVIER HOSTE	87
WAGNER BARBOSA DE BARROS	88
YURI JOSÉ VICTOR MADALOSSO	89

Apresentação do Evento

O Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar é um evento que tem o objetivo de criar um espaço acadêmico que favoreça o debate e a interação entre os estudantes de pós-graduação em filosofia da UFSCar e das demais universidades brasileiras, bem como divulgar a produção acadêmica discente dos programas de pós-graduação. O evento ocorre anualmente, nas dependências desta instituição, atualmente em sua décima terceira edição. Além das comunicações de trabalhos de pós-graduandos, a programação conta com palestras e minicursos, ministrados por professores convidados.

Nossa Proposta

Para propiciar um debate mais qualificado, adotamos no evento um formato no qual todos os apresentadores de trabalhos são também debatedores. Para que esta dinâmica funcione, os textos integrais das comunicações aprovadas poderão ser enviados antecipadamente pelos participantes à comissão organizadora até o dia **4 de setembro** (*o não envio não impede a participação no evento*). Cada apresentador recebe a seguir um texto de área afim, alguns dias antes do evento, de outro apresentador da mesma mesa, e, com este em mãos, deve formular questões para debatê-las com o autor do trabalho, após a apresentação. Adotamos o tempo de *até 30 minutos* para a apresentação do trabalho e *até 10 minutos* para o debate.

Comissão Organizadora:

Felipe Thiago dos Santos

Gabriel Gurae Guedes Paes

Natanailtom de Santana Morador

Munique Gaio Filla

Tayrone Barbosa Justino Alves

Vinícius Xavier Hoste

Isabela Oliveira

David Camargo

Programação

Segunda-feira (11/09)

9h-12h

(Sala 1)

KANT / SCHLEGEL

José Luciano Verçosa Marques
Síntese e Juízo na Dedução Transcendental B

João Paulo Rissi

O fato da razão e o problema da dedução transcendental dos juízos morais em Kant

Wagner Barbosa de Barros

Para Kant, a história da humanidade é diferente da história dos homens?

Thiago das Chagas Santos

Os erros serão nossa salvação: Friedrich Schlegel e o legado da Crítica

(Sala 2)

FILOSOFIA COMTEMPORÂNEA

Amanda Veloso Garcia

Uma reflexão sobre a colonialidade na filosofia: o eurocentrismo na compreensão do conhecimento

João Paulo Ribeiro

Nas íntimas ligações de uma prática da tradução uma *experiência filosófica*

Maria Aparecida dos Anjos Carvalho

Arne Naess e a Ecosofia T: Uma ética monista em defesa da terra

Alitzel Velasco Burgunder

A sua pesquisa para a compreensão da sua vida

(Sala 2)

FILOSOFIA COMTEMPORÂNEA

Amanda Veloso Garcia

Uma reflexão sobre a colonialidade na filosofia: o eurocentrismo na compreensão do conhecimento

João Paulo Ribeiro

Nas íntimas ligações de uma prática da tradução uma *experiência filosófica*

Maria Aparecida dos Anjos Carvalho

Arne Naess e a Ecosofia T: Uma ética monista em defesa da terra

Alitzel Velasco Burgunder

A sua pesquisa para a compreensão da sua vida

13h30-15h45min

(Sala 1)

SCHOPENHAUER / FICHTE

Carlos Alberto Leite de Moura

Schopenhauer e a decifração literária do enigma do mundo

Nilton José Sávio

Loucura e genialidade em Schopenhauer

Danilo Franco Maimone

Fático e transcendental na filosofia de Fichte

(Sala 2)

DIDEROT / HOLBACH / CONDILLAC

José Carlos Alves Junior

A questão da sensibilidade nos *Ensaio sobre a Pintura* de Diderot

Fábio Rodrigues de Ávila

Barão de Holbach: *Epicurus Redivivus* no século XVIII

David Ferreira Camargo

O método analítico segundo Condillac

16h-18h

(Sala 1)

BACON / MAQUIAVEL / MONTAIGNE

Otávio Vasconcelos Vieira

Franceses e romanos: entendimento e política no terceiro capítulo de *O Príncipe* de Maquiavel

Natanailtom de Santana Morador

Montaigne leitor de Maquiavel

Guilherme de Lucas Aparecido Barbosa

Admirável *Nova Atlântida*? Utopia, distopia e o programa baconiano de ciência e tecnologia

(Sala 2)

ROUSSEAU

Lili Pontinta Cá

O desenvolvimento da razão em Rousseau: as leituras de Robert Derathé e Gabrielle Radica

Luiz Henrique Monzani

Sobre o conceito de sentimento no primeiro livro do *Emílio* de Rousseau

Paulo Ferreira Junior

Entre literatura e filosofia: o tema da sexualidade no pensamento de Jean-Jacques Rousseau

19h

(Auditório-DFMC)

Palestra: Filosofia e Política - Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar (UFSCar)

Terça feira (12/09)

9h-12h

(Sala 1)

SARTRE

Danieli Gervazio Magdaleno

'Mortos sem sepultura', de Jean-Paul Sartre: do engajamento à retomada da forma dramática

Elis Joyce Gunella

Sobre a facticidade irreduzível do Ser-Para-Outro em *O Ser e o Nada*: ontologia e ética

Gabriel Gurae Guedes Paes

O imaginário e a realidade-humana em Sartre

Vinicius Xavier Hoste

Sobre o absurdo camusiano e a possibilidade de se extrair dele um samba: entre o
Mito de Sísifo e os Sambas do Absurdo

(Sala 2)

HEGEL

Claudeni Rodrigues de Oliveira

A consciência e o “jogo de forças” no capítulo “Força e Entendimento” da
Fenomenologia do Espírito de Hegel

Rodrygo Rocha Macedo

A passagem do individual para o comunitário mediante o conceito de gozo na
Fenomenologia do Espírito de Hegel

Marcelo Marconato Magalhães

O nirvana, o nada e a crítica especulativa de G. W. F. Hegel

Cristiane Moreira de Lima

A questão da justiça na perspectiva de Hegel

13h30-15h45min

(Sala 1)

NIETZSCHE I

Caio Souto

Crítica a toda psicologia que queira se apresentar como ciência:
de Canguilhem a Foucault

Rafael Hyertquist Bordini

Um filósofo entre os filólogos: Nietzsche e a renovação da cultura alemã

Israel Fabiano Pereira de Souza

O conceito de moral natural no Crepúsculo dos Ídolos, de Friedrich Nietzsche

(Sala 2)

BERGSON I

Luanda Gomes dos Santos Julião

Das fantasmagorias da inteligência à positividade triunfante do élan vital

Paulo Jorge Barreira Leandro

Intuição em Bergson - por uma filosofia da expressão

Heliakim Marques Trevisan

Filosofia da matéria em *Matéria e Memória*

16h-18h

(Sala 1)

NIETZSCHE II

Luciano Gutemberg Bonfim Chaves

A estética do cangaço à luz do 'andarilho e sua sombra'

Flávio Luiz de Castro Freitas

Condições e componentes da “crítica conciliável”: uma leitura do Sacher-Masoch de Deleuze

(Sala 2)

BERGSON II

Rafael Pellegrino

Notas sobre noção de duração em Bergson

Rauan de Oliveira Luiz

Bergson, Ravaisson e a arte como metafísica figurada

Júlio César Rodrigues da Costa

Há possibilidade de negatividade na duração?

19h

(Auditório-DFMC)

Palestra: O modelo grego de filosofia política no pensamento de Hannah Arendt –
Alexandrina Paiva da Rocha (Doutoranda - USP)

Quarta feira (13/09)

9h-12h

(Sala 1)

WITTGENSTEIN / SEARLE / HOWSON

Michelle Cardoso Montoya

Teoria Social em John Searle

Lucas Michel dos Santos

O viés analítico da linguagem nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein

Gustavo Oliveira Fernandes Melo

Significado e uso na obra do maduro Wittgenstein

Pedro Bravo de Souza

Confiabilismo e problema da indução

(Sala 2)

HUSSERL/TAYLOR

Tayrone Barbosa Justino Alves

O Problema da relação entre Subjetividade e Transcendência nas *Investigações Lógicas*

Andressa Alves Souto

Husserl sobre a questão da unidade da significação

Yuri José Victor Madalosso

O realismo lógico de Husserl: os principais problemas nas conexões entre evidência e existência ideal

13h30-15h45min

(Sala 1)

HEIDEGGER

Deborah Moreira Guimarães

Heidegger, antissemitismo e nacional socialismo: algumas reflexões

Taciane Alves da Silva

Heidegger e a origem antepredicativa do enunciado

Hegildo Holanda

O desejo metafísico na obra "Totalidade e infinito" de Emmanuel Levinas

16h-18h

(Auditório-DFMC)

Minicurso: Nietzsche e Oswald: aproximações extemporâneas - Prof. Dr. Henry Martin Burnett Junior (UNIFESP)

19h

(Auditório-DFMC)

Palestra: J. S. Mill e as origens da filosofia analítica - Prof. Dr. Lúcio Lourenço Prado
(UNESP – Marília)

Quinta feira (14/09)

9h-12h

(Sala 1)

NIETZSCHE / DARWIN / FREUD

André Santana Mattos

Princípio de prazer e princípio de ligação em Freud

José Costa Júnior

Como viver depois de Darwin? Implicações da teoria evolucionista para a filosofia moral

Munique Gaio Filla

A teoria da sedução freudiana e seu abandono - uma investigação sobre as consequências teóricas dessa renúncia

Felipe Thiago dos Santos

As implicações do pensamento de Darwin em Nietzsche

(Sala 2)

MERLEAU-PONTY

Eloísa Benvenuti de Andrade

Filosofia, Fenomenologia e Existencialismo Hegel por Merleau-Ponty

Rafaela F. Marques

O “em si para nós”: Merleau-Ponty e o problema da corporeidade

André Dias de Andrade

A percepção entre presença e transcendência

Edson Lenine Gomes Prado

Sobre a presença de Schelling no pensamento de Merleau-Ponty

13h30-15h45min

(Sala 1)

PAUL RICOEUR

Uriel Massalves de Souza do Nascimento

A literatura para além da linguagem

Roberta C. Browne

Um reflexo no espelho:
o para além da leitura de Ricoeur

(Sala 2)

MARX / HANNAH ARENDT

Isabela Aline Oliveira

Mandato imperativo e democracia: a experiência da Comuna de Paris

Larissa Cristine Daniel Gondim

O princípio da melhor descrição e a ontologia do *self* na filosofia de Charles Taylor

16h-18h

(Auditório-DFMC)

Minicurso: Nietzsche e Oswald: aproximações extemporâneas - Prof. Dr. Henry Martin Burnett Junior (UNIFESP)

19h

(Auditório-DFMC)

Palestra: A evolução do leibnizianismo e o problema kantiano da coisa em si - Prof. Dr. Oliver Tolle (USP)

Sexta feira (15/09)

9h-12h

(Sala 1)

GÓRGIAS / PLATÃO

Leander Alfredo da Silva Barros

Dialética e divisão em Platão: notas sobre o *Filebo*

Nestor Müller

Critérios de leitura do Mito da Reminiscência
(Mênon 80a10-e2)

Luca dos Santos Simoni

Engano e ilusão no “Elogio de Helena” de Górgias de Leontinos

Henrique Nascimento Guimarães

“O Homem Livre no Górgias de Platão”

13h30-15h45min

(Sala 1)

ARISTÓTELES / OCKHAM

Júlia Rodrigues Molinari

Sobre a distinção entre a notícia evidente e os cinco hábitos intelectuais aristotélicos em Guilherme de Ockham

Felipe Calleres

Qualidades sensíveis: entre a indeterminação da matéria e as formas acidentais

Ademir Souza dos Santos

Schleiermacher e Diógenes Laércio perante o enigma dos diálogos platônicos

16h-18h

(Sala 1)

AGOSTINHO

Ana Flávia Santos de Souza

Afirmação da compatibilidade entre livre-arbítrio e presciência divina como resposta ao Fatalismo e ao Determinismo

Julia Maia Peixoto Camargo

Memoria Dei: notas sobre o livro X das Confissões de Agostinho

Luiz Fernando Pereira de Aguiar

Sobre os termos esse e essentia nas Quaestiones in Metaphysicam de Sigério de Brabant

RESUMO DAS APRESENTAÇÕES
(EM ORDEM ALFABÉTICA)

Schleiermacher e Diógenes Laercio perante o enigma dos diálogos platônicos

Ademir Souza dos Santos

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Christina de Souza

Apesar de toda atenção dada ao pensamento platônico, deparamo-nos com um problema de grande monta: a filosofia deixada por Platão esbarra no problema da sua interpretação devido à forma por ele elegida para transmitir suas ideias, a saber, o diálogo filosófico. As personagens, ricamente caracterizadas, seriam porta-vozes das ideias de Platão? Haveria uma doutrina platônica *au-delà* do texto por ele escrito. Aliás, poderíamos afirmar que Platão legou uma doutrina sistemática das suas ideias? Como abordar de maneira mais precisa seus diálogos, sem cair em certas armadilhas interpretativas? Deveríamos, segundo uma certa tradição, nos atermos ao dito “conteúdo” das ideias filosóficas dos diálogos ou observar mais de perto a “forma” por ele escolhida?

A questão hermenêutica (ἐρμηνεύω), ou seja, de como interpretar, emerge de maneira indireta e torna-se um ponto incontornável para aqueles que, como Édipo, deparam-se perante um enigma. Neste caso, eles se sentem compelidos a desvendar as ideias platônicas sob o véu da dramatização filosófica contida no seus diálogos.

Um dos trabalhos significativos nesse sentido (o de enveredar na melhor interpretação das ideias platônicas) é o do filósofo, hermeneuta e teólogo Friedrich Schleiermacher. Este artigo pretende analisar, de maneira introdutória, a crítica feita pelo hermeneuta a Diógenes Laercio. Em seguida, procuraremos mostrar que, apesar da sua censura, Schleiermacher aproxima-se das mesmas conclusões que aquele, a saber, que Platão seria um “filósofo-artista”. A despeito de Diógenes Laercio querer afastar Platão da *poíesis* (ποίησις) ao narrar o encontro do filósofo com Sócrates, na verdade, o seu relato oferece ricos elementos que endossam as deduções do hermeneuta: Platão, de maneira magistral, elabora um novo tipo de discurso que liga de maneira indissolúvel filosofia e *poíesis*. Desta maneira, a melhor forma de interpretar os diálogos seria justamente analisar conteúdo e forma de maneira entrelaçadas.

Palavras-chave: Diógenes Laercio, Hermenêutica, Platão, Schleiermacher, Poíesis.

A sua pesquisa para a compreensão da sua vida

Alitzel Velasco Burgunder

Je m'intéresse à la compréhension de la mort que les personnes ont. Je ne veux pas me concentrer uniquement sur les écrits des philosophes (principalement existentialistes: Unamuno, Camus, Sartre, Tolstoi) mais aussi chez des populations diverses: cultures, religions, classes socio-économiques, âge... Comment chacun cherche à concilier raison et foi, croyance et absence de réponses pour continuer de vivre et comprendre son existence. Nous ne savons pas grand chose concernant nos vies, notre monde, l'origine, le futur; et quelques fois cela crée un sentiment d'angoisse, de désespoir, notamment face à la souffrance qui s'observe ou qui se vit.

Par ailleurs, la mort d'un proche ou un événement historique peut marquer une différence et créer un questionnement inexistant ou non explicité auparavant. Comment chaque personne va donner un sens à sa vie? Ce sens donné est-il définitif? Peut-il satisfaire totalement? Est-il un mensonge qui aide à oublier les questions importantes?

Comment la vie peut-elle être vécue sans en comprendre le sens, la raison, le but? Ma recherche n'ayant pas encore commencé, je n'ai pour le moment que beaucoup de questionnements qui guideront mon travail, en attendant une plus grande délimitation du thème. Je suis ouverte à des conseils, des idées, des références et des critiques!

Mots-clés: Mort; Vie; Existence

Uma reflexão sobre a colonialidade na filosofia: O eurocentrismo na compreensão do conhecimento

Amanda Veloso Garcia

Mestre em Filosofia | UNESP/Marília | Bolsista CAPES

Orientadora: Maria Eunice Quilici Gonzalez

Entre os séculos XV ao XVII, período denominado de Era dos Descobrimentos ou das Grandes Navegações, diversos países da Europa exploraram áreas até então desconhecidas (para eles) em busca de ampliar as rotas comerciais movidas por ouro, prata e especiarias. O contato com povos indígenas foi um choque de cultura para os europeus que os viam como selvagens. A colonização territorial se estendeu para o domínio epistemológico em nome da razão, das “luzes”, e do progresso; sob a justificativa de uma violência necessária para a ação civilizadora da barbárie dos povos de culturas “inferiores”; e, desse modo, a dominação colonial desembocou num “epistemicídio”, isto é, a exclusão da epistemologia de povos não dominantes por meio de evangelização, escolarização, genocídio ou até mesmo devastação ambiental. Tal dominação foi alicerçada numa compreensão eurocêntrica do conhecimento, que coloca práticas e saberes não europeus como inferiores por não se enquadrarem no conhecimento de que o conhecimento se desenvolve e se expressa através da razão e por meio do uso sistemático do pensamento. A Filosofia, como amante do saber e fundamentada sobre preceitos racionais, colaborou para o estabelecimento desse paradigma acerca do conhecimento e ainda hoje se mostra vinculada a eles, especialmente no Brasil, antiga colônia de Portugal. Neste trabalho pretendemos problematizar a hierarquização dos saberes existente contemporaneamente na filosofia visando apresentar, com as contribuições de autores como Viveiros de Castro (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2010), uma proposta pluralista do conhecimento que não esteja restrita ao âmbito da Filosofia europeia, de modo a indicar suas possíveis contribuições para o filosofar e para evitar uma postura dogmática diante do mundo.

Palavras-chave: Colonialidade. Filosofia Brasileira. Pluralidade de Saberes.

Afirmção da compatibilidade entre livre-arbítrio e presciência divina como resposta ao Fatalismo e ao Determinismo

Ana Flávia Santos de Souza

Mestranda em Filosofia | USP

Orientador: Moacyr Ayres Novaes Filho

No livro III do *de libero arbitrio* e no livro V do *de ciuitate dei*, Agostinho examina um problema que se apresenta histórica e filosoficamente relevante, a saber, o suposto dilema entre liberdade da vontade humana e a presciência divina. Em *O livre-arbítrio*, o problema é colocado por Evódio nos seguintes termos: de que modo se pode dizer que não é contraditório e incompatível afirmar ao mesmo tempo a vontade livre do homem e o conhecimento prévio de Deus de todos os eventos futuros e, ainda, não ser forçoso que ao pecarmos, o façamos voluntariamente. O mesmo debate, surge mais tarde n'*A cidade de Deus* de forma ainda mais conflituosa, no qual a análise do argumento ciceroniano, apresentado por Agostinho, só admite uma das duas asserções do dilema: se assumimos a liberdade da vontade, então, necessariamente a presciência de Deus deve ser negada. Se afirmamos a presciência de Deus, então, necessariamente negamos a liberdade do homem. Frente ao impasse, Cícero opta por negar a presciência de Deus pretendendo, desse modo, preservar a liberdade humana. Contra o determinismo de Evódio e o fatalismo Ciceroniano, Agostinho empenhar-se-á por conservar tanto, 1) o livre-arbítrio da vontade humana e 2) a responsabilidade moral dos homens, quanto, 3) a presciência divina. Posto isto, nosso objetivo é buscar compreender de que modo Agostinho opera a conciliação entre presciência divina e liberdade humana sem que a primeira possa impelir ou limitar a segunda, impondo sobre ela certa necessidade. Em outros termos, nosso propósito é mostrar que o desafio que se apresenta ao filósofo cristão, cujo pressuposto para o tratamento do problema é a fé, é justamente o de constatar a compatibilidade de ambas, desconfigurando as interpretações de Cícero e Evódio e, demonstrando, ao mesmo tempo, como o livre-arbítrio, na medida em que é constitutivo da vontade humana, é assegurado justamente pela compreensão agostiniana de Providência.

Palavras-Chave: Liberdade, Vontade, Presciência Divina, Necessidade.

Princípio de prazer e princípio de ligação em Freud

André Santana Mattos

Doutorando | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani

Em *Além do princípio de prazer*, obra publicada em 1920, Freud empreende diversas transformações teóricas e conceituais, partindo do reconhecimento do fenômeno da compulsão à repetição, que vem destronar o princípio de prazer e desencadear uma reforma e ampliação do conceito de pulsão, o qual, definido agora como “*um ímpeto, inerente ao orgânico vivo, de restauração de um estado anterior*”, levará ao conceito de pulsão de morte. Pretendo examinar aqui uma modificação específica em relação à configuração teórica anterior, no que se refere ao princípio de prazer e à atividade de ligação. Anteriormente, o princípio de prazer estava caracterizado como algo mais originário, estando associado ao processo primário, enquanto a atividade de ligação pertencia ao processo secundário, surgindo posteriormente. Em 1920, contudo, Freud afirma a compulsão de repetição, caracterizada pela atividade de ligação, como uma função psíquica independente do princípio de prazer e mais originária que ele. Afirma que a excitação pulsional que atinge o aparelho psíquico segue inicialmente o processo primário e que “seria tarefa das camadas elevadas do aparelho psíquico” ligar esta excitação, isto é, submetê-la ao regime do processo secundário. Somente após esta ligação o domínio do princípio de prazer poderia ser estabelecido. Portanto, o princípio de prazer — ou ao menos o seu domínio sobre a vida psíquica — aparece agora dissociado do processo primário, mas tampouco é inserido no regime do processo secundário.

Palavras-chave: Freud, *Além do princípio de prazer*, princípio de prazer, ligação.

A percepção entre presença e transcendência

André Dias de Andrade

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

Propomos uma leitura da obra de Merleau-Ponty tendo como base a noção de presença – mais precisamente, de “estrutura de presença” –, responsável por dar coesão e sentido à atividade perceptiva. Por considerar esta noção basilar para as descrições que o autor faz tanto do corpo próprio quanto do mundo percebido julgamos que ela necessita ser clarificada. Nossa conclusão é de que a manutenção de um *primado da presença* implícito sob o *primado da percepção* explicitamente defendido pelo filósofo acarreta dificuldades para algumas de suas teses iniciais. Se, por um lado, trata-se de qualificar a percepção como instância originária do sentido, por outro, é preciso resguardar a dimensão de transcendência deste mesmo sentido na medida em que ele não figura integralmente na atualidade da percepção – o que o tornaria, por definição, objeto para uma consciência (e não para o corpo). Há, pois, dimensões de inatualidade, de passado e de porvir na experiência do presente da percepção. Mas a manutenção da transcendência daquilo que é percebido vai de encontro à estrutura por meio da qual ela se compreende, uma vez que a noção de presença só pode ensejar uma transcendência como contraface da imanência; trata-se de uma cláusula para que haja unidade naquilo que se percebe. Se o tempo é o articulador da relação entre o corpo e as coisas, ele está na origem tanto da diferença quanto da identidade. O *logos* da percepção não “é”, mas “passa”, o que leva a compreender, no término deste projeto que o sentido é i) imanente e ii) transcendente ao percebido. Isto daria conta, para Merleau-Ponty, da experiência consciente e de sua encarnação no mundo. Contudo, o salvaguardo da transcendência não se verifica; peripécia indesejada e que deriva da noção presencial de sentido que está na base de sua compreensão. A estrutura temporal de presença obriga, no fim das contas, a pensar a transcendência que constitui todo objeto intencional como “opacidade” e não transcendência em sentido pleno.

Palavras-chave: Merleau-Ponty; Corpo; Fenomenologia; Presença; Transcendência.

Husserl sobre a questão da unidade da significação

Andressa Alves Souto

Doutoranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes

Orientador: Prof. Dr. Bento Prado Neto

Na *Quarta Investigação Lógica*, Husserl afirma que as partes da significação não espelham partes do objeto, sustentando, com isso, que a unidade da significação não é decomponível em atos de significações parciais que corresponderiam a determinidades objetivas. Por conseguinte, não há, segundo Husserl, um paralelismo entre a complexidade ou a simplicidade das significações e a complexidade ou a simplicidade dos objetos significados. Assim, tanto significações complexas podem representar objetos simples, quanto significações simples podem representar objetos complexos. De acordo com ele, as significações são subordinadas a leis apriorísticas capazes de determinar as combinações possíveis entre significações numa unidade de sentido articulada. Explicitar estas leis é o objetivo da ideia de gramática pura exposta na *Quarta Investigação*, que consiste, em síntese, numa morfologia pura de significações operada por meio de sua teoria dos todos e das partes. Por conseguinte, Husserl procurará fundamentar a unidade da significação nas relações entre a dependência e independência de atos significativos e seus objetos. Tendo isso em vista, meu objetivo neste trabalho é apresentar a solução de Husserl ao problema da unidade da significação e, relacionado a este, ao problema da referência, dando especial atenção à questão da referência ausente, ou seja, ao que se costumou designar “paradoxo das representações sem objeto”.

Palavras-chave: significação, objeto, unidade.

Crítica a toda psicologia que queira se apresentar como ciência: de Canguilhem a Foucault

Caio Souto

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientadora: Thelma Silveira da Fonseca

Desde suas primeiras publicações, e até seus últimos textos, Canguilhem investigou as condições segundo as quais o conhecimento pode reivindicar o caráter de cientificidade. Quanto à psicologia, na tentativa de delimitar seu domínio próprio (inicialmente o da *psique* ou da alma humana, depois o do *sentido interno* ao pensamento, por fim o do *comportamento* humano ou animal), nunca teria conseguido emancipá-lo de domínios já contemplados por outras ciências, além de nunca ter obtido a unidade de método própria a uma ciência. Já Foucault, nos seus primeiros escritos, criticava as pretensões científicas da psicologia ao denunciar o empréstimo que fazia dos modelos das ciências naturais, passando posteriormente a investigar as condições sob as quais a psicologia se constituiu como uma técnica de normalização das condutas e dos comportamentos dos indivíduos.

Palavras-chave: Psicologia; Ciência; Normalização; Canguilhem; Foucault.

Schopenhauer e a decifração literária do enigma do mundo

Carlos Alberto Leite de Moura

Mestrando em Filosofia | Faculdade de São Bento/SP

Orientador: Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva

A receptividade que a filosofia de Schopenhauer teve por parte de grandes escritores da literatura mundial está, há muito, documentada. As qualidades estilísticas do texto schopenhaueriano e também sua concepção de arte respondem, em grande parte, por isso. Não raro esta receptividade vai além de uma absorção sutil ou implícita, por vezes chega ao ponto de ter o próprio filósofo ou sua obra explicitamente mencionados no interior da narrativa, como em Thomas Mann (Tonio Kröger) e Machado de Assis (O autor de si mesmo). O que não está igualmente documentado é o quanto o filósofo alemão via na linguística, compreendida na abrangência da linguagem escrita, uma verdadeira ciência de expressão das verdades metafísicas, mais especificamente de explicitação de seu conceito nuclear de vontade (Wille). Esta concepção schopenhaueriana tem por base o que ele denomina de sabedoria inscrita na linguagem, potencial que lhe permite ser a expressão mais imediata dos pensamentos e, neste sentido, um veículo desvelador da raiz metafísica do mundo, da coisa em-si kantiana. Schopenhauer, em Sobre a vontade na natureza, dedica um curto porém instigante capítulo a este auxílio literário na “decifração do enigma do mundo”. O presente trabalho tem por finalidade apresentar alguns exemplos de obras literárias, do conto ao romance, que corroboram com esta tese de linguística enquanto ciência auxiliar da metafísica da vontade.

Palavras-chave: literatura, vontade, metafísica.

A consciência e o “jogo de forças” no capítulo “Força e Entendimento” da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Claudeni Rodrigues de Oliveira

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CNPq

Orientador: Dr. José Eduardo Marques Baioni

Na *Fenomenologia do Espírito* (1807), o capítulo “Força e Entendimento” ocupa a terceira figura do momento consciência, sendo precedida pelas figuras anteriores da percepção e da certeza sensível. É um capítulo que marca a passagem da consciência à consciência-de-si, mas ao contrário dos itinerários anteriores, a consciência agora realiza experiências marcadas por contingências e cisões que, ao se desdobrarem se revelam ao mesmo tempo una e múltipla, uma unidade que contém em si diferenças. Mas, cabe ressaltar que esse movimento, do uno no múltiplo, de unidade na diferença, mantém distância, como assinala Hegel no Prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, daquilo que denomina “entendimento tabelador” das ciências matemáticas que a seu ver são marcadas pelo formalismo e por um “entendimento morto”. Assim, ao contrário do entendimento e do formalismo, no âmbito do capítulo “Força e Entendimento” da *Fenomenologia do Espírito*, os momentos transitam de um lado para o outro em um movimento que Hegel chama de “força” e que ao “exteriorizar-se” realiza “tanto força em-si mesma essente, quanto exteriorização nesse ser-em-si-mesmo”. Um realizar-se que tanto é força quanto o outro, isto é, uma força solicitante e uma outra força solicitada. Um jogo de forças em que o objeto da consciência não está nem de um lado, nem de outro, mas na unidade entre elas, no entendimento do jogo de forças enquanto sua própria unidade. Com efeito, para a consciência, o que o jogo de forças apresenta é uma manifestação imediata, uma aparência, por isso ela vai buscar a verdade fora do jogo de forças. A consciência parte para o interior do jogo de forças, acreditando que ali está a verdade, mas, como assinala Hegel, o que se descobre é que o interior é mediado pelo jogo de forças exterior.

Palavras-chave: Força, Entendimento, Unidade, Multiplicidade.

A questão da justiça na perspectiva de Hegel

Cristiane Moreira de Lima

Mestranda em Filosofia | UNESP/Marília | CAPES

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

A justiça foi e continua sendo uma questão de extrema relevância em nossa sociedade e falar de justiça em Hegel significa falar de liberdade e das formas de sua concretização. Hegel não proclama de forma explícita o que seria a justiça, todavia especificará no transcorrer de sua obra determinações imprescindíveis para efetivação do justo, ou melhor, da justiça. Em sua obra *Filosofia do Direito* Hegel averigua a justiça no âmbito do direito e não na esfera de uma moral abstrata, enunciando o direito enquanto reino da liberdade efetivada, vindo a realização da justiça a se concretizar na efetivação da liberdade nos seus distintos momentos, ou seja, na esfera da família, da sociedade civil e do Estado. A ideia de justiça evolui de acordo com uma lógica do reconhecimento harmônico, proporcional entre direitos e deveres, entre universal e o particular. Através da positivação das leis o Estado nacional adquire a capacidade de promover sínteses contínuas, consolidando-se sem interromper o curso histórico. A vontade da sociedade nacional é representada através da legislação de um Estado, por isto, é apreciada como a razão social, permitindo a superação dessas contradições devendo, portanto, ser obedecida por todos. Hegel no §215 da *Filosofia do Direito* profere que a codificação das leis em um código ordenado, fixo, determinado pela maioria é um grande ato de justiça. Um código é a demonstração de uma ingerência consciente sobre os costumes e hábitos de justiça de uma época, conduzindo-os à universalidade, não se tratando, portanto de uma reunião contingente de leis. Desobedecer, transgredir a lei corresponde a desobedecer, transgredir a vontade social. Em razão disto à pessoa que respeita, obedece e cumpre a lei torna-se mais livre do que se vivesse conforme a sua vontade particular, puramente individual, que em si é pouco consciente e muito limitada. A execução da justiça encontra-se atrelada politicamente, ao fato de que toda decisão, mesmo que possua um caráter particular necessita estar em consonância com o espírito universal.

Palavras chaves: Justiça, Liberdade, Lei.

‘Mortos sem sepultura’, de Jean-Paul Sartre: do engajamento à retomada da forma dramática

Danieli Gervazio Magdaleno

Mestranda em Filosofia | UNESP/Marília | Bolsista Capes

Orientadora: Profa. Dra. Ana Portich

A retomada da forma dramática, empreendida pela filosofia existencialista, tenta sanar o estado de impotência que teria assolado o homem moderno, principalmente por conta do encerramento do personagem em si mesmo, o que impossibilita o estabelecimento de um diálogo, bem como inviabiliza a inter-relação dos personagens, que é pressuposta pelo gênero dramático. Jean-Paul Sartre se mostra importante no panorama do drama moderno, visto que, ao mesmo tempo em que os homens retratados em suas peças, partindo de uma situação de total isolamento e desamparo, manifestam sua incapacidade de agir, ainda assim conseguem resgatar a liberdade de atuação constitutiva do drama. Diferente de outras peças modernas, nas peças de Sartre há o restabelecimento da comunicação entre homens solitários. O olhar do outro é como um espelho, sempre crítico e que instaura o conflito, essa problemática é reforçada pela situação de tortura, que encontramos na peça. Podemos dizer que o conceito indispensável ao teatro sartriano é o de engajamento; ‘Mortos sem sepultura’ é uma peça engajada, pois não se restringe à exposição de dilemas interiores. Na peça há um grupo de patriotas que resolveram lutar por seu país, mas que, quando a missão fracassa, ficam sob o poder dos colaboracionistas franceses. Nessa obra, a tortura é a situação-limite escolhida por Sartre, é ela que influencia as decisões do grupo; além disso, cada cenário contribui para significar imagetivamente o estado psíquico dos personagens, mesmo a penumbra do sótão mostra a própria condição a que estão expostos, enquanto que os objetos e máquinas de tortura dão o contorno do caráter dos milicianos.

Palavras-chave: Sartre; teatro; engajamento.

Fático e transcendental na filosofia de Fichte

Danilo Franco Maimone

Mestrando em Filosofia | UFSCAR

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Baioni

É verdade que Fichte herda da tradição racionalista àquela dualidade entre eu empírico e eu transcendental, já apresentada por Kant na “apercepção pura” da primeira crítica, sendo esta reavaliada na doutrina-da-ciência. Falar de um conhecimento imediato, pré-lógico e talvez pré-discursivo, é conduzir nossa apreensão inevitavelmente à intuição intelectual (*Tathandlung*) e encontrar na gênese do conhecimento a síntese originária entre saber teórico e saber prático. Um conhecimento nesse modo está presente em um único e mesmo eu metodologicamente constituído por níveis distintos, a saber, nível fático e nível transcendental (como ocorre no dualismo crítico kantiano); daí que Fichte vai dizer que a razão deve conhecer a si mesma e apreender-se na intuição e a filosofia então “tem de ser um conhecimento por intuição”. Disso segue que estes mesmos níveis podem ser descritos como saber do saber fático, intuição da intuição ou a bem dizer nos termos fichteanos, a intuição que intui a si mesma como ato puro do eu absoluto. O objetivo dessa comunicação é apresentar o princípio da doutrina-da-ciência presente no primeiro capítulo do *Ensaio de uma nova exposição da doutrina-da-ciência* de 1797, em que “toda consciência é condicionada pela consciência imediata de nós mesmos”. Vale notar que a consciência empírica ou saber fático somente é possível através da autoconsciência, a qual no limite, também é fática. A intuição intelectual por sua vez, enquanto ação pura do próprio eu que põe a si mesmo, não se caracteriza como fática, mas por um *Tathandlung*, sendo esse aspecto que pretendemos destacar.

Palavras-chave: Conhecimento, intuição, gênese, síntese.

O método analítico segundo Condillac

David Ferreira Camargo

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientadores: Prof. Dr. Fernão O. Salles e Prof. Dr. Luís F. Nascimento

A formação de nossas ideias está relacionada, segundo Condillac em sua *Lógica*, à capacidade que temos de analisar nossas sensações. As sensações nos são suficientes para dar todo o conteúdo de nossos pensamentos e, no entanto, é preciso que haja uma atividade na qual elas se tornem para nós, efetivamente, ideias. Tal atividade, a que chamamos juntamente com o filósofo, análise, determinará a multiplicidade de nossas ideias bem como suas relações. A explicação de como é realizada a análise revela o método mais adequado e útil para a arte de pensar, ou melhor, a arte de pensar corretamente a fim de adquirir conhecimento. Trata-se do *método analítico*: ele permite conhecer os objetos na experiência com o uso da linguagem. Condillac indicará como se constitui uma linguagem perfeita e sem equívocos para raciocinar em toda sorte de objeto. Com efeito, esse método é o mesmo para todas as ciências, variando apenas o objeto a ser considerado. A análise é o único modo de conhecimento seguro; ela tem sua gênese em nossas sensações colocadas em funcionamento na experiência; e que se torna um método a partir do estabelecimento dos signos que constitui uma língua. Portanto, este trabalho buscará mostrar como Condillac explica a gênese de seu método analítico a partir da conformação humana e como ele pode ser aperfeiçoado.

Palavras-chave: Conhecimento; Linguagem; Sensações; Empirismo; Condillac

Heidegger, antissemitismo e nacional socialismo: algumas reflexões

Deborah Moreira Guimarães

Doutoranda em Filosofia | USP | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luciano Nervo Codato

Não há dúvida de que vivemos em um tempo de grande reafirmação dos movimentos de direita em todo o mundo. Diante de uma crise mundial é inevitável a retomada das políticas de valorização da identidade nacional, independentemente de a crise ser determinada por problemas de representatividade ou pela desarticulação dos movimentos de oposição, o que reflete a fragilidade do conceito de povo. Com a filosofia não é diferente. Vivemos na época do número, do *qualis*, dos critérios de produção destituídos de critérios de qualidade. O que impera é a fragmentação dentro dos departamentos universitários. Cada programa de pós-graduação luta por sua autoafirmação no quadro das instituições brasileiras por meio de critérios numéricos que não representam as suas práticas reais, os seus problemas e os seus desafios nesse cenário de crise. Em 27 de maio de 1933, Heidegger toma posse da reitoria da universidade de Freiburg, mesmo ano em que Hitler se elegeu chanceler e, conseqüentemente, líder do Partido nacional socialista dos trabalhadores alemães (NSDAP). Como um grande pensador pode se integrar ao partido político que mais cometeu atrocidades no decorrer da história parece ser a questão que todo professor e todo pesquisador de filosofia não se cansa de perguntar. Mas não é apenas cansaço, repousa aí uma incompreensão de origem filosófica, uma vez que se trata de práticas insustentáveis e incoerentes quando pensamos na filosofia de Heidegger e em todas as conseqüências mundiais da política nazista. Restam sempre as questões: Heidegger foi mesmo um nazista? Em que sentido sua ontologia fundamental pode ter sido empregada para legitimar ideais antissemitas de modo que seu pensamento, ou pelo menos parte dele, estaria contaminado por interesses político-partidários?

Palavras-chave: Heidegger. Antissemitismo. Nacional-socialismo.

Sobre a presença de Schelling no pensamento de Merleau-Ponty

Edson Lenine Gomes Prado

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

Nos cursos sobre o conceito de natureza ministrados no *Collège de France* na segunda metade dos anos cinquenta, Merleau-Ponty tem em vista inicialmente uma dupla tarefa: a) de uma parte, tomando como referência fundamental a ontologia cartesiana, trata-se de efetuar uma revisão da história filosófica do conceito de natureza, ou ainda, de levar a cabo um estudo sobre as variações do conceito de natureza dos gregos aos filósofos contemporâneos; b) de outra parte, para além dos quadros da teoria do conhecimento ou da filosofia da natureza entendida como metaciência, trata-se de analisar a ideia de natureza tal como as próprias ciências modernas concebem. Levando em conta esse programa, este nosso estudo tem como objetivo principal retomar essas análises buscando mostrar a singular importância que adquire nelas a filosofia de Schelling. Seja no que se refere à ideia de uma natureza entendida como autoprodução de sentido, que é contraposta desde o início à concepção cartesiana de natureza, seja na apropriação de algumas análises presentes nos trabalhos de Whitehead, por meio da qual Merleau-Ponty examina, entre outras coisas, a crítica científica das formas de espaço e tempo da física clássica, nosso intuito é dar relevo àqueles elementos que nos permitam, a título de conclusão, avaliar a hipótese de que o projeto merleau-pontyano de elaboração de uma "nova ontologia" anunciado nesse período, seria forjado a partir de uma certa articulação entre a *Naturphilosophie* de Schelling e a fenomenologia do "último" Husserl.

Palavras-chave: Natureza; Ontologia; Schelling; Husserl; Merleau-Ponty

Sobre a facticidade irreduzível do Ser-Para-Outro em *O Ser e o Nada*: ontologia e ética

Elis Joyce Gunella

Mestre em História da Filosofia | USP

Orientador: Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva

Na ontologia fenomenológica de Sartre, a passagem da subjetividade para a intersubjetividade se dá na e pela revelação da facticidade irreduzível do Ser-para-outro. Através da experiência do Olhar, revela-se ao Para-si o seu Ser-para-outro como fato irremediável, “sou experiência do outro, eis o fato originário” (SARTRE, 1997, p. 453). A negação interna que caracteriza a consciência estabelece na experiência do Para-si com o Outro a relação de reciprocidade determinada pelo conflito que essa negação enseja. Com efeito, a presença do Outro é também a recusa radical desse Outro, como transcendência ele me escapa e como transcendência transcendida não posso apreendê-lo senão como ser-objeto. O Outro surge como aquele que não sou, de modo que a questão que se coloca é a transcendência do Outro, porquanto é manifestação de uma liberdade que não é a minha. O conflito entre consciências que decorre dessa negação original implica a impossibilidade de qualquer síntese pacificadora: através do Olhar experimento minha objetividade como ser-visto e a alienação de minha liberdade, o Para-si experimenta-se, assim, como Ser-para-outro. Duas atitudes fundamentais decorrem do encontro com o Outro e caracterizam o conflito, a saber, ou assimilo o Outro como transcendência transcendida ou sou objetificado pelo Outro. Desse modo, trata-se de analisar de que forma o caráter ontológico do conflito afirma a radicalidade da liberdade e implica um projeto ético da eleição de valores que definem o sentido que as relações concretas com o Outro historicamente serão construídas a partir e no seio da contingência.

Palavras-chave: Ontologia; ética; outro; intersubjetividade; liberdade.

Filosofia, Fenomenologia e Existencialismo: Hegel por Merleau-Ponty

Eloísa Benvenuti de Andrade

Doutoranda em Filosofia | UNIFESP

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Carrasco

No artigo “L’existentialisme chez Hegel” (presente na obra *Sens et Non Sens*), Merleau-Ponty defende que os pensadores que sucederam a filosofia hegeliana, preocuparam-se, sobremaneira, em destacar o que recusavam nela e não atentaram para a riqueza contida em sua obra e na pretensão de “verdade” do pensamento dela. Para Merleau-Ponty, o pensamento de Hegel está na origem de tudo o que se realizou de grande em Filosofia na contemporaneidade, como por exemplo, o marxismo, Nietzsche, a Fenomenologia, o Existencialismo alemão, a Psicanálise. Para o filósofo francês, Hegel inaugura a tentativa de explorar o irracional e integrá-lo em uma razão ampliada; tentativa esta que permanece como tarefa no nosso século. Para ele, Hegel seria o inventor da “razão” que é mais compreensível que o entendimento; razão capaz de respeitar a variedade e a singularidade dos psiquismos, das civilizações, dos métodos de pensamento e a contingência da História, que não renuncia, no entanto, a tarefa de conduzir à verdade. De acordo com o francês, podemos falar de um existencialismo em Hegel, no sentido de que, o filósofo alemão, não se propõe encadear conceitos, mas propõe-se a “revelar a lógica imanente da experiência humana em todos os seus setores”. Grosso modo, o desafio é compreender como é possível descrever a situação fundamental do homem frente ao mundo e frente aos outros. Em Hegel, tem-se a história no lugar do indivíduo. De acordo com Merleau-Ponty, no entanto, o que define o existencialismo, de um modo mais completo do que pelas angústias e contradições da condição humana, o que de fato chamamos existencialismo, pode ser definido pela idéia de uma universalidade que os homens afirmam ou deduzem pelo simples fato de ser e se opor, por uma razão imanente, à desrazão, por uma liberdade que é criadora de laços. O objetivo da comunicação será entender melhor o horizonte de tal definição e o contexto em que Merleau-Ponty elabora sua leitura sobre Hegel e importância deste filósofo para a Fenomenologia.

Palavras-chaves: existencialismo, fenomenologia, filosofia, Hegel, Merleau-Ponty

Barão de Holbach: *Epicurus Redivivus* no século XVIII

Fábio Rodrigues de Ávila

Doutorando em Filosofia | UNIFESP

Orientadora: Prof. Dr.^a Jacira de Freitas

Costuma-se atribuir à filosofia materialista do século XVIII uma forte ligação com o panteísmo, devido ao caráter orgânico que esses filósofos atribuem à ideia de Natureza. Essa ligação com o panteísmo os aproxima, do ponto de vista cosmogônico, à filosofia estoica erigida pelos gregos e mais bem-acabada pelos romanos, por atribuir à Natureza algumas características como a univocidade do Ser, a racionalidade e organicidade inerente aos seus movimentos, e à forte ideia de que o homem está condenado ao destino, o que caracteriza o fatalismo de alguns filósofos como Holbach, Diderot e Sade. Contudo, visto que o materialismo das Luzes compreende a Natureza como um aglomerado de elementos primordiais que agem de acordo com leis constantes, e que ela possa ser entendida simplesmente como o conjunto de toda a matéria presente no universo em um fluxo incessante de movimento, e que dessa ideia de Natureza emerge uma ética hedonista e uma moral utilitarista, equiparando os princípios epicuristas aos materialistas setecentistas, vemos uma filiação atomista muito mais plausível do que com relação ao panteísmo estoico tanto do ponto de vista cosmológico quanto do ético e moral. Nossa proposta é, tendo em vista a formulação dos princípios ontológicos, éticos e morais presentes no materialismo do barão de Holbach, demonstrar que os materialistas são herdeiros mais fieis da filosofia de Epicuro do que propriamente dos estoicos. Utilizaremos, para isso, as cartas de Epicuro equiparando seus argumentos àqueles presentes na obra-magna de Holbach, o *Sistema da Natureza*.

Palavras-chave: Natureza; Filosofia das Luzes; Materialismo

Qualidades sensíveis: entre a indeterminação da matéria e as formas acidentais

Felipe Calleres

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes

Orientadora: Prof^a Dr^a Marisa Lopes

Qual a relação entre as qualidades sensíveis e a matéria? Ou (i) trata-se de uma relação de determinação das qualidades sobre a matéria e, desse modo, as qualidades sensíveis seriam formas acidentais; ii) ou então, a própria matéria seria de um certo tipo e possuiria características intrínsecas a ela, tal como a cor do bronze. A segunda opção esbarra no próprio princípio explicativo da noção de matéria, a saber, o fato de ela ser indeterminada. Para Aristóteles a matéria não se identifica com propriedades essenciais nem acidentais: ela é indeterminada. Quanto à matéria não ser a própria essência está bem estabelecido, pois é justamente à essência que, na *Metafísica*, Aristóteles restringe a noção de forma substancial – a matéria aparece como o que é indeterminado, e que recebe uma determinação formal. No entanto, é objeto de controvérsia se propriedades acidentais possam ser consideradas como determinações formais. Por um lado, sustentar a matéria como “pura indeterminação” pode fazê-la cumprir o papel de substrato último de *predicação*. A ela seriam atribuídas a substância formal e as demais categorias de ser não seriam atribuídas à matéria, mas à substância concreta individual. Por outro lado, se consideramos a matéria como o substrato da *mudança*, segundo o ponto de vista da *Física*, sua indeterminação pode ser compreendida como a potencialidade para ser diferente do que atualmente é. Uma substância concreta não é apenas realização atual de uma essência, mas também de seus acidentes, incluindo qualidades sensíveis. Do ponto de vista da essência a forma pode revelar a definição de algo. Do ponto de vista dos acidentes é possível identificar as determinações particulares que tomam a matéria como suporte e se realizam nela: certa cor, tamanho, temperatura, etc. Consequentemente, qualidades sensíveis podem ser entendidas como contando com uma dupla significação, como a forma sensível que é determinação de um acidente, como a realização de uma característica que se dá na própria matéria.

Palavras-chave: matéria, forma, qualidades sensíveis, substância, alteração.

As implicações do pensamento de Darwin em Nietzsche

Felipe Thiago dos Santos

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento

A presente comunicação pretende elucidar os diversos apontamentos de Nietzsche a respeito do pensamento darwiniano e suas consequências para a biologia do Oitocentos, tal como apontar os desdobramentos que a crítica de Nietzsche a Darwin abrem para elaboração da noção de vontade de poder. No parágrafo 14 de *Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche coloca sobre o banco dos réus de suas críticas a noção de *evolução* trazida à tona por Darwin. Seguindo o caminho os diversos comentadores da obra de Nietzsche, sobretudo W. Müller-Lauter, Günter Abel e Werner Stegmeier, mostraremos que à luta pela vida, isto é, pela permanência e conservação, pressuposto do pensamento evolucionista, Nietzsche contrapõe uma luta anterior, a saber, aquela que visa aumento de vida [*Lebensmehrung*] e intensificação de força [*Machtsteigerung*], assim, para Nietzsche, a noção de *progresso* em Darwin seria caudatária de uma fraqueza, porquanto recorrer não à expansão da força individual, mas sim à dependência hereditária de antepassados. Na contramão, contudo, do que falam esses comentadores, também será nossa proposta apresentar que no parágrafo em questão, intitulado *Anti-Darwin*, Nietzsche usa o termo *anti* no seu sentido antigo, isto é, não apenas como *contrário à*, *oposto à*, mas também como *com*, *junto de*. Assim, é na exposição do conceito de *espírito* considerado como instrumento, por meio do qual os fracos colocam-se contra os fortes que Nietzsche adota certos traços do pensamento de Darwin. Tal como Darwin, o filósofo fará uso do conceito de *adaptação*, para apontar um processo por meio do qual o espírito da *décadence* se efetivou ao longo da história podendo, assim, ser reconhecido um *progresso às avessas*.

Palavras-chave: Nietzsche, Darwin, adaptação, espírito, progresso.

Condições e componentes da “crítica conciliável”: uma leitura do Sacher-Masoch de Deleuze.

Flávio Luiz de Castro Freitas

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientadora: Ana Carolina Soliva Soria Co-orientador: Luiz Roberto Monzani

Trabalho voltado para explicitar as condições e os termos que compõe a “crítica conciliável” realizada por Deleuze em relação à psicanálise no texto de 1967 intitulado de *Sacher-Masoch. O frio e o cruel*. A crítica conciliável é o primeiro modelo de crítica que Deleuze dirige à psicanálise e ela está distribuída pelos textos *Sacher-Masoch* de 1967, *Diferença e repetição* de 1968 e *Lógica do sentido* de 1969. Postula-se como hipótese de leitura que as condições para a construção da crítica conciliável estão presentes nos livros, de autoria de Deleuze, *Nietzsche e a filosofia* de 1962 e *Bergsonismo* de 1966. De maneira mais específica, propõe-se que Deleuze toma como modelo o capítulo 3 do livro sobre Nietzsche, cujo título é “A crítica”, e o capítulo 1 do livro sobre Bergson, “A intuição como método”, para estabelecer as condições esquemáticas da crítica conciliável que é executada no texto de 1967. Dito de outro modo, Deleuze utiliza aquilo que outrora ele atribuiu a Nietzsche e a Bergson para elaborar os próprios mecanismos dessa primeira crítica à psicanálise em *Sacher-Masoch*. De sua pesquisa sobre Nietzsche, Deleuze retira as três camadas interligadas da crítica: sintomatologia, tipologia e genealogia. Da pesquisa concernente à obra de Bergson, Deleuze faz uso das perguntas pelos falsos problemas, pela divisão dos mistos e pela procura pelas diferenças de natureza. No que tange aos componentes da crítica conciliável, supõe-se que há um expediente negativo e um aspecto propositivo. Os termos que compõe o expediente negativo são a problematização da unidade dialética da entidade sadomasoquista e as condições do princípio de prazer enquanto princípio que rege a vida psíquica. Por outro lado, os termos que constituem o aspecto propositivo dessa crítica dizem respeito ao processo de construção de um ponto de vista literário, situado fora da clínica, capaz de estabelecer relações entre a crítica literária e a clínica médica que estejam voltadas para identificar os vínculos entre as especificidades clínicas do sadismo e do masoquismo junto, respectivamente, aos valores literários de Sade e Masoch.

Palavras-chave: Deleuze; psicanálise; crítica.

O imaginário e a realidade-humana em Sartre

Gabriel Gurae Guedes Paes

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientadora: Profa. Dra. Silene Torres Marques

Em *O imaginário*, Sartre desenvolve um conceito fenomenológico de realidade como característica essencial do objeto percebido. Esse objeto, denominado como “coisa”, se define pela infinidade de relações que estabelece com outras “coisas”. Essas relações, que se estendem ao infinito, *transbordam* a consciência, são muito mais do que aquilo que a consciência da conta de apreender. Diante dessas relações a consciência é passiva, não as cria como no objeto imaginado, mas as *observa*. Como o objeto real percebido não depende da consciência para existir, ele também é *duvidoso* e surpreendente, constantemente quebra o pensamento que projeto a seu respeito. Já o objeto imaginado, colocado pela consciência como irreal, não é mais do que aquilo que é constituído pela espontaneidade da consciência. Não obstante, a imaginação não se separa da realidade pois é em relação com um mundo negado vivido em situação que o objeto irreal se constitui. Em *O ser e o nada*, a realidade será abordada do ponto de vista de uma fenomenologia que agora é também ontológica: “se há consciência de alguma coisa, é preciso que, originalmente, essa ‘alguma coisa’ seja um ser *real*, ou seja, não relativo à *consciência*”. O possível a realizar se dá em relação ao mundo real que pode ser índice de adversidade ou utilidade ao projeto do para-si. Em si mesma, a realidade não é adversa ou útil, é só pelo projeto do para-si que ela pode adquirir sentido. Ao projetar-se para além do que é, o para-si se liberta das determinações da realidade, mas, ao mesmo tempo, é no mundo real que a liberdade se exerce. O objetivo de nossa apresentação, ao desenvolver uma articulação entre essas duas obras de Sartre a partir do conceito de realidade, é dar uma dimensão ontológica à tensão entre realidade e imaginário que permitirá compreendê-la no interior da realidade-humana.

Palavras-chave: Sartre, imaginário, fenomenologia, ontologia

Admirável Nova Atlântida? Utopia, distopia e o programa baconiano de ciência e tecnologia

Guilherme de Lucas Aparecido Barbosa

Mestrando em Filosofia | UFABC | Bolsista - PPG-Fil - UFABC

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Zaterka

As narrativas utópicas dos séculos XVI e XVII são particulares ao seu modo. Foram balizas fundantes de uma nova forma de pensar a sociedade e criar – mesmo que nas histórias ficcionais – um novo mundo. A construção da *Utopia* de Thomas More em 1516 e d’*A Nova Atlântida* de Francis Bacon publicada em 1626 são marcos do pensamento moderno, pois produziram, de forma racional, um mundo ideal distinto de suas realidades locais. O correspondente negativo das utopias – as distopias – também se utilizam da crítica ao presente para pensar ou predizer o futuro, ao compor sociedades autoritárias, cuja ciência e a tecnologia aparecem aliadas a governos tiranos nas primeiras obras do subgênero. Desta forma, muitos interseccionam a utopia de Francis Bacon, cuja sociedade está organizada com vista ao progresso tecnológico, com as distopias da primeira metade do século XX. Bacon e seu empreendimento filosófico são criticados por negligenciar o fato da tecnologia conter a possibilidade do uso para fins perversos e até de transformar nosso mundo para pior. Outros apontam Bacon como precursor de um discurso que propiciou a conquista da natureza, indiretamente acusando-o do desenvolvimento de armas nucleares ou do aquecimento global. O objetivo deste texto é questionar: em que medida a literatura distópica pôde efetuar uma crítica ao programa baconiano? E se podemos afirmar que um certo *ideal distópico* está presente em gênese na utopia baconiana? Todavia, Bacon possuía consciência dos potenciais positivos e negativos do desenvolvimento científico. Sua interpretação do mito de Dédalo e sua preocupação com a comunidade e com a caridade demonstram que sua utopia podia salvaguardar a população dos instrumentos de luxúria e morte. Embora o mesmo não possa ser dito da natureza em si. Ao colocar as críticas distópicas de encontro com a filosofia baconiana, em especial seu programa utópico, podemos dialogar sobre ética e tecnologia no progresso da sociedade humana contemporânea.

Palavras-chave: Francis Bacon; Utopia; Distopia.

Significado e uso na obra do maduro Wittgenstein

Gustavo Oliveira Fernandes Melo

Doutorando em Filosofia | UNICAMP

Orientador: Arley Ramos Moreno

Como alternativa à constituição do sentido através de uma teoria das *condições de verdade*, é possível recorrer ao *contexto de enunciação* e adotar o “uso” como o significado. Compreender uma expressão passa a depender do modo como uma palavra fora utilizada, importam as circunstâncias em cuja aplicação ela é habitual. O sentido passar a ser um elemento dinâmico, de forma que nada, além do *contexto de aplicação*, pode exercer a função normativa. É inevitável, portanto, uma aproximação com processos empíricos. Se desejo saber o que um sentimento significa, uma definição, fornecida pela letra fria de um dicionário, é insuficiente. Uma mesma palavra pode estar a serviço da descrição de um objeto ou, quem sabe, da expressão de um espanto. Não podemos nos imiscuir do contato com a situação em si, na qual ela foi enunciada. Vale, porém, ter cautela, porquanto uma *descrição gramatical* não se reduz a uma *análise do comportamento*. O maduro Ludwig Wittgenstein nos alerta a esse risco ao jogar com os limites do sentido. Sua obra nos mostra as consequências quando tentamos abandonar a linguagem e buscamos no próprio mundo, sem mediação e a partir de teorias metafísicas, um esteio sobre o qual o significado poderia se apoiar. Nosso dever será investigar essas consequências de modo a sopesar as implicações que surgem da associação entre significado e “uso”, na obra do maduro Wittgenstein. Objetivo que pretendemos cumprir pondo em pauta de debate uma série de exemplos e questões as quais foram reunidas em torno do tema de “seguir uma regra”. Esse tema põe em evidência a necessidade da *aplicação* da regra como condição de sua compreensão e, por isso, nos é tão caro.

Palavras-chave: significado, regra, uso e contexto

O desejo metafísico na obra “*Totalidade e Infinito*” de Emmanuel Levinas

Hegildo Holanda Gonçalves

Doutorando em Filosofia | UFSCAR

Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon dos S. Moutinho

O Desejo, em Levinas, apresenta-se como tentativa de saída da dominação da Totalização geradora do Mesmo, da Identidade e da Autonomia. Em Levinas, a noção de Desejo encontra-se intimamente ligada à Ideia de infinito e de metafísica. O Desejo é o elo entre o ilimitado do Infinito e sua experiência no rosto do outro. O Desejo é uma estrutura paradoxal no sentido de que ele é, simultaneamente, presença do infinito num ser finito. O desejo manifesta-se na separação infinita que me põe em relação com o outro, visto que o desejo do outro jamais será saciado e sua aproximação mostrará, de forma mais evidente, tanto a distância quanto a separação, que são consideradas essenciais para a sua alteridade: O desejo metafísico não assenta em nenhum parentesco prévio; é desejo que não poderemos satisfazer. Não se deve confundir desejo com necessidade, pois a necessidade está relacionada com a incompletude de um ser que tenta saciar-se, contrariamente ao desejo que jamais poderá satisfazer. A necessidade é própria do eu egoísta, que busca, tanto no consumo quanto no gozo, aquilo que poderia completar o que lhe falta. Contrariamente à necessidade, o desejo jamais poderá satisfazer-se, o desejo não consegue preencher o desejante, mas se nutre de sua própria fome. “O verdadeiro Desejo é aquele que o Desejado não colmata, mas produz.” O desejo não está alojado nos sentidos. Não é possível, por meio dele, fazer com que o corpo chegue a um estado apazível ou menos violento, o corpo não conhece nenhum gesto para apaziguar o Desejo, sem se inventar novas carícias. Na necessidade, oriunda de mim mesmo, busca-se satisfazer uma carência, ela renasce sempre a cada nova satisfação, provocando vazio, tensão e ânsia de complementação. No Desejo, ao contrário, que não é proveniente de mim, mas do outro, temos uma insatisfação constante, que a satisfação da necessidade não apazigua. Portanto, para Levinas o desejo metafísico origina-se de um ser a quem nada falta, visto que sua origem está para além de tudo o que lhe pode faltar, ele é a própria sociabilidade.

Palavras-chave: Desejo metafísico, necessidade, infinito.

Filosofia da matéria em *Matéria e Memória*

Heliakim Marques Trevisan

Mestrando em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes?

Orientadora: Profa. Dra. Silene Torres Marques

O presente projeto parte de uma abordagem que Bergson faz ao problema da matéria, na obra *Matéria e memória*. Tal abordagem permite pensar a matéria como portadora de qualidades, independente do sujeito. Isto leva a diversas questões na história da filosofia, que terão de ser resolvidas, tais como a relação entre sujeito e objeto, aparência-existência, ontologia. Destas questões, tratadas no primeiro capítulo, passa-se ao quarto, momento em que é esboçada uma metafísica da matéria, que passa a ser tratada na perspectiva da duração. O quarto capítulo é assim uma consequência do primeiro, ou como diz Bergson, a consequência desta maneira de olhar a matéria. A pesquisa, de caráter bibliográfico, tratará tal temática embasando-se também em leituras de autores como Bento Prado Jr., Gilles Deleuze, Barbaras, Worms, dentre outros. O objetivo, portanto, consiste em investigar o sentido, aprofundando matizes que uma filosofia da matéria assume nesta segunda e eminente obra de Bergson, tendo em vista tratar-se de uma questão que surge como novo encaminhamento para a temática, tendo exercido grande influência no pensamento contemporâneo. Espera-se, com tal percurso, contribuir aos estudos sobre a obra do autor francês.

Palavras-chave: Matéria; Duração; Imagem; Consciência

O Homem Livre no Górgias de Platão

Henrique Nascimento Guimarães

Mestrando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CNPq

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Christina de Souza

O trabalho de pesquisa busca entender, dentro da discussão acerca da retórica, o lugar que ocupa o valor da liberdade (ἐλευθερία - eleutheria), exaltada pelos retóricos Górgias, Polo e Cálicles, em relação ao valor da justiça (δίκη - dike), exaltada pelo filósofo Sócrates no diálogo Górgias. Os retóricos colocam a liberdade em uma posição de maior destaque que a justiça e Sócrates opera o contrário. Sócrates defende seu ofício de filósofo e Górgias defende o ofício da retórica. É curioso observar a ausência da palavra liberdade na defesa calorosa da justiça feita por Sócrates, enquanto aparece recorrentemente na exposição dos retóricos, principalmente na fala da personagem Cálicles, como na seguinte passagem: “Luxúria (τρυφή), intemperança (ἀκολασία) e liberdade (ἐλευθερία), uma vez asseguradas, são virtude e felicidade” (496c4-6). Na boca de Sócrates, a defesa intransigente da justiça é a própria plenificação da masculinidade e coragem na polis, já Cálicles defende que a coragem/masculinidade se plenifica na liberação de uma natureza dominadora e hedonista em detrimento das leis e convenções da polis. O desafio da pesquisa é entender o que os retóricos estão chamando de liberdade e porque este valor como ideal de vida é recusado por aquele que defende, em seu lugar, a justiça, seguindo a hipótese de que, no diálogo, Górgias e seus discípulos Polo e Cálicles usam da reverberação positiva da palavra liberdade para defenderem um modo de vida tirânico, como uma posição acima da postulação das leis (νόμος) da cidade, que lhes permitiriam assassinar, roubar, expulsar quem lhes aprouver (466b-c2).

Palavras-chave: Platão - Górgias - Eleutheria - Parrhesia - Retórica.

Mandato imperativo e democracia: a experiência da Comuna de Paris

Isabela Alline Oliveira

Mestranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar

Atualmente, discutir o que é a democracia representativa tornou-se um problema central para os cientistas políticos e filósofos, dadas as dificuldades intrínsecas do governo representativo em manter a “aparente unidade” ou até mesmo, a aproximação entre representante e representado. O problema está posto: o que torna a representação democrática? Nesse sentido, a temática da representação política é objeto de estudo da filosofia política, para que se investigue as demandas que a própria organização social apresenta em termos de elaboração de um governo, no qual o distanciamento entre representante e representado seja capaz de aproximar-se de experiências democráticas. Posto isto, propomos nesse trabalho discutir como a experiência da Comuna de Paris ocorrida em 1871 foi um elemento essencial para que o filósofo alemão Karl Marx pudesse delinear suas concepções políticas, tendo como referência um momento específico de intensas lutas políticas na França. De acordo com Marx, a Comuna de Paris foi uma revolução contra o Estado que permitiu que o mesmo elaborasse, mais explicitamente, sua visão acerca da representação política, a partir da análise do exercício da tomada de decisões no seio da Comuna. A Comuna de Paris foi uma tentativa de aproximação da democracia pensada por Marx dentro da organização social e da divisão do trabalho presentes na sociedade moderna, que não permite a participação ativa de todas as pessoas na vida política, tampouco as permite influenciar diretamente na tomada de decisões. Na análise do autor sobre esse advento, percebe-se um esforço em promover uma diminuição da superação e da autonomia entre representante e representado, usando para isso o mecanismo de revogação do mandato, diz Marx “a Comuna era formada por conselheiros municipais escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento”. O assim chamado mandato imperativo é a resposta de Marx ao paradoxo da democracia representativa e uma alternativa a limitação de conteúdo intrínseca a representação política, por isso, torna-se relevante incursão sobre a construção do conceito nas obras do autor, apontando o contraponto crítico sobre a representação política partindo da discussão sobre democracia direta e o estabelecimento do mandato imperativo.

Palavras-chave: democracia representativa; Marx; mandato imperativo.

O conceito de moral natural no *Crepúsculo dos Ídolos*, de Friedrich Nietzsche

Israel Fabiano Pereira de Souza

Mestrando em Filosofia | UFSCAR | Bolsista Capes

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gaspar

Com este trabalho pretendemos analisar o conceito de moral no livro *Crepúsculo dos Ídolos*, de Friedrich Nietzsche. Para tanto, temos que compreender que para o filósofo, a moral é uma espécie de sintoma de um determinado tipo de vida. Ele afirma no referido livro que basicamente existem dois tipos de moral, alinhados a uma certa disposição vital. De um lado, uma moral *antinatural*, compreendida na filosofia nietzschiana como aquela que condena o corpo e os sentidos, em detrimento da razão. Por outro lado, há uma moral *natural*, relacionada com os instintos vitais de potencialização da vida. Intencionamos mostrar a predileção de Nietzsche pelo segundo tipo, por acreditar que a hipertrofia da razão, cultivada pela moral antinatural, castra o corpo e os sentidos, alijando o homem daquilo que em si é saudável: aqueles afetos que são propriamente condenados pela outra moral. Ao final do trabalho, intentamos mostrar que essa diferenciação é resultado de uma crítica ao pensamento metafísico e cristão, sinônimos de doença e degeneração, segundo Nietzsche, por castrar as forças do corpo, colocando-as sob o jugo da razão. Abordaremos uma possível conclusão desse pensamento para Nietzsche: a necessidade de recuperar o corpo como fonte de vida e saúde; a exigência do filósofo para que se trate a moral sob um aspecto fisiológico, ou seja, através da avaliação dos valores morais enquanto sintomas de uma vida forte e saudável ou de doença e degeneração. Um pensamento que Nietzsche acreditava conseguir retomar a alegria de viver e o orgulho do corpo, coisas que foram injustamente condenadas pela metafísica e pela religião.

Palavras-chave: Nietzsche, naturalismo moral, metafísica, vida.

Nas íntimas ligações de uma prática da tradução: uma experiência filosófica

João Paulo Ribeiro

Mestrando em Linguística | UFSCAR | Bolsista CAPES

Orientadora: Profa. Dra. Maria Silvia Cintra Martins.

Esta experiência está ligada a tradução de *Vidas secas* (RAMOS, [1938] 2015) para a língua indígena Nheengatu, falada pelas etnias Baré, Baniwa e Warekena. A pesquisa está relacionada a um momento específico desta tradução. Chamamos isto de profética da tradução dado que a tradução em si que é o lugar da “passagem” de um lugar para o outro do que se está traduzindo é um momento difícil de relatar em si. Este momento seria a poética da tradução. A infidelidade seria em transformar a poética da tradução em outra coisa qualquer. Este movimento seria o político. Evitamos isto por ser contrário ao que se executa no vivenciamento. A profética estaria relacionada ao mundo que se constrói por força das íntimas relações. Buscar-se-á o encontro entre os mundos envolvidos nesta tradução específica. A necessidade de vivê-lo é a implicação desta profética. O mundo único surgido na profundidade deste acontecimento que é o grande encontro de *Vidas secas*, povo indígena do nordeste com o sistema de conhecimento mítico e real das etnias falantes de nheengatu. O caput desta pesquisa: “O trabalho do xamã, sua esfera de competência, é essa tentativa de reconstrução do sentido, de estabelecer relações, de encontrar íntimas ligações” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 109). A questão que se abre é a possibilidade de relacionar a prática xamânica e a prática de tradução. Do apoio teórico: Jacques Derrida ([1967] 1973), ([1969] 1971), ([1987] 2002), ([1996] 2001), ([1990] 1999), ([1999] 2002) em torno da desconstrução e cena da escritura; o multinaturalismo em Eduardo Viveiros de Castro (2002b), ([2009] 2015b) e as reflexões sobre a Poética da Tradução em Henri Meschonnic ([1969] 2002), ([1999] 2010), (2007) compõem o manancial dos teóricos nesta escrita; e certamente não poderíamos de deixar de refletir a “poética da relação” em Édouard Glissant (1997). Enfim, o que gostaríamos de apresentar é uma prática de ciência outra.

Palavras-chaves: Poética da Relação, Cena da Escrita, Profética da Tradução, Multinaturalismo, Íntimas ligações.

O fato da razão e o problema da dedução transcendental dos juízos morais em Kant

João Paulo Rissi

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

Immanuel Kant, na terceira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, propõe investigar a questão de “como é possível um imperativo categórico”. Essa questão requer, nestes termos, a investigação crítica da legitimidade do uso do princípio supremo da moralidade. Portanto, na *FMC* III, tal como ocorre na *Crítica da Razão Pura* acerca do uso *a priori* dos conceitos puros do entendimento, Kant também propõe uma investigação, característica da dedução transcendental, da legitimidade da pretensão à universalidade e necessidade (*quid juris*) de um princípio *a priori*, em contraste com a questão *quid facti* acerca da sua mera posse. Entretanto, a investigação da moralidade na *Crítica da Razão Prática*, ainda que fundada em um princípio *a priori*, dá lugar para o que Kant chama de “*Faktum der Vernunft*”, isto é, “fato da razão”. Essa nova estratégia argumentativa kantiana não traz apenas dificuldades quanto à compreensão interna da argumentação da segunda *Crítica*, mas também a dificuldade acerca da unidade da própria filosofia moral kantiana e da crítica como um todo. Destarte, há dois problemas correlatos originados pela nova estratégia argumentativa de Kant na *Crítica da Razão Prática*: (1). Como entender, internamente, na própria *Crítica da Razão Prática*, o papel desempenhado pelo fato da razão? 2. A nova estratégia argumentativa de Kant, apoiada em um fato da razão, acarretaria o desaparecimento de uma dedução do princípio supremo da moralidade, antes indispensável na *FMC* e, assim, implicaria no abandono da investigação da legitimidade de princípios *a priori*?

Palavras-chave: Immanuel Kant; dedução; imperativo categórico; fato da razão; moral.

A questão da sensibilidade nos *Ensaaios sobre a pintura* de Diderot

José Carlos Alves Junior

Mestrando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernandes do Nascimento

Na abertura do texto *Ensaaios sobre a pintura*, Diderot afirma que a natureza não faz nada de incorreto. Tal afirmação decorre da observação de que toda forma tem sua causa, seja bela ou feia, tendo em vista que todos os seres estão submetidos às mesmas regras dadas pela natureza, em sua tendência em não fazer nada de incorreto ao submeter todos os seres sob as mesmas leis gerais que operam entre as partes e o todo, leis que são consideradas enquanto condicionantes do real que possibilitam instruir os sentidos e a razão. De um ponto de vista da fisiologia, as partes de um corpo encontram-se em conformidade umas com as outras, de modo que, na ausência de uma das partes, a própria natureza corpórea tende a reajustar a parte ausente, reestabelecendo a conformidade a partir de uma relação de correspondência entre causas e efeitos. Essa perspectiva destaca que, em pintura, quanto mais a imitação corresponder às causas, tal como são encontradas na natureza, tanto mais a imitação promoverá a satisfação, destacando que a sensibilidade comporta modos distintos que são dados por uma tipologia que atravessa a percepção até atingir a instância da emotividade. Assim, o intuito é mostrar como o conceito de sensibilidade é apresentado no texto se interpondo entre a natureza observada e a atividade artística.

Palavras-chave: Natureza; Arte; Pintura; Sensibilidade

Como viver depois de Darwin? Implicações da teoria evolucionista para a filosofia moral

José Costa Júnior

Doutorando em Filosofia | UFMG

Orientadora: Telma de Souza Birchal

Com a publicação de *On The Origin of Species* em 1859, a hipótese darwiniana foi imediatamente reconhecida como notável contribuição à cena intelectual, ampla no alcance, acurada e repleta de dados em apoio às suas propostas. Ao mesmo tempo foi criticada de modo apaixonado por propor que todos os organismos vivos haviam se originado em processos totalmente naturais. Dessa forma, as implicações da descoberta acabaram por questionar aquilo que se pensava antes sobre os seres vivos e tornaram-se com isso um dos fatores decisivos nas transformações intelectuais, sociais e religiosas ocorridas no Ocidente no século XX. Abordamos aqui três possíveis implicações da hipótese darwinista, seus desdobramentos e compreensões para o âmbito da moralidade: (i) a possibilidade de uma fundamentação dos valores no mundo natural, como proposta por Herbert Spencer, na doutrina que fica conhecida nos debates como darwinismo social, pretensamente fundada na hipótese de evolucionista proposta por Darwin; (ii) a possibilidade de se “retirar a ética das mãos dos filósofos e entregá-la aos biólogos”, de acordo com a provocação de E. O. Wilson, para quem a biologia evolucionista poderia explicar a origem e o funcionamento da moralidade, apontando os caminhos adequados para a compreensão do fenômeno moral humano e; (iii) a possibilidade de que explicações da natureza do comportamento moral humano, com suas causas e motivações explicadas à luz de uma psicologia evolucionista, possam vir a minar a objetividade e autoridade de quaisquer proposições morais. Nosso objetivo é, ao tratar dos três problemas descritos acima, discutir se uma compreensão biológica da natureza humana traz implicações para a reflexão filosófica acerca da moral e, se sim, quais. Nesse sentido, apresentamos os argumentos relacionados aos três problemas descritos acima, com vistas a questionar se a ciência – principalmente a biologia evolucionista – com seus desdobramentos e desenvolvimentos, ao esclarecer, descobrir ou propor fatos sobre a natureza humana, pode contribuir de algum modo para a reflexão ética em seus vários níveis (metaético, normativo e descritivo).

Palavras-chave: evolucionismo; moralidade; filosofia

Síntese e Juízo na Dedução Transcendental B

José Luciano Verçosa Marques

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos

No §26, em nota, encontramos a afirmação de que a unidade do espaço (o que também é atribuído ao tempo), tal como apresentada na Estética Transcendental, é produto de uma síntese. Apesar de Kant destacar que essa unidade é anterior a todo conceito, a dedução metafísica afirma que as funções lógicas do juízo dão o fundamento da síntese (§10). Por outro lado, a unidade é exatamente o que garante a natureza intuitiva do espaço (§2). Assim, à primeira vista, a afirmação do §26 parece contradizer o que havia sido afirmado acerca da natureza intuitiva do espaço e, como consequência, parece neutralizar a oposição entre intuição e conceito, pois toda unidade da intuição, na medida em que é produzida por uma síntese, tem seu fundamento nas mesmas operações do pensar que dão o fundamento dos conceitos. Esse resultado não parece ser o correto, pois implicaria no retrocesso dos resultados principais da *Crítica da Razão Pura*, como, por exemplo, a distinção entre pensar e conhecer (§27). A saída para essa questão, então, deve ser responder como é possível garantir a natureza intuitiva do espaço em meio à unidade produzida pela síntese. A resposta deve ser dada em dois passos. O primeiro passo consiste em responder como se dá a relação entre síntese e juízo. Precisamos compreender o que significa afirmar que o juízo dá o fundamento da síntese por meio das funções lógicas. O segundo passo consiste em compreender, a partir dessa relação, como a unidade do espaço pode ser produzida de maneira que o seu fundamento não conceitual não seja perdido. A presente comunicação tem o objetivo de apresentar os resultados preliminares em relação ao primeiro passo e, na medida do possível, apresentar apontamentos relativos ao segundo passo.

Palavras-chave: Síntese; Juízo; Dedução Transcendental B; Crítica da Razão Pura; Kant.

Sobre a distinção entre a notícia evidente e os cinco hábitos intelectuais aristotélicos em Guilherme de Ockham

Júlia Rodrigues Molinari

Mestranda em Filosofia | USP | Bolsista CNPq

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Estêvão

Muitos comentários contemporâneos já foram feitos acerca do conceito de *notícia evidente* nos textos de Guilherme de Ockham. A notícia evidente é definida como um tipo de apreensão de uma proposição verdadeira, na qual a apreensão de seus termos *causa naturalmente* a verdade da proposição. Por se tratar de uma noção que remete à discussão sobre a verdade ou falsidade de um ato apreensivo, uma grande parcela dos comentadores parece relacioná-lo com o estabelecimento de uma espécie de conhecimento “claro e distinto”, e com uma base para alguma fundamentação do conhecimento científico – ainda que discordem sobre como essa fundamentação ocorre. No entanto, a aproximação com os objetivos cartesianos – e, em alguns casos, também com os kantianos – nos parece anacrônica. O que estranhamente passa despercebido por todos os comentários é uma pequena afirmação feita por Ockham de que a notícia evidente não pode ser relacionada com nenhum dos cinco hábitos intelectuais da *Ética a Nicômaco*. Acreditamos que seja do interesse de um historiador da filosofia se perguntar porque um autor *declaradamente* comentador e seguidor de Aristóteles está afirmando que apresenta um conceito novo, que não se encontra na obra do Filósofo – talvez esse seja um ponto de partida para um estudo historicamente acurado do conceito de notícia evidente, e nos permita entender, no contexto da obra de Ockham, quais problemas esse conceito pretende solucionar.

Palavras Chave: História da Filosofia Medieval; Guilherme de Ockham; Aristóteles; Notícia Evidente;

Memoria Dei: notas sobre o livro X das Confissões de Agostinho

Julia Maia Peixoto Camargo

Mestranda em Filosofia | USP | Bolsista CNPq

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Mammi

Esta apresentação tem por objetivo analisar o livro X das Confissões de Santo Agostinho, elaborando a maneira pela qual o autor encaminha o problema do lugar de Deus na memória. Sustentamos que no interior de tal problemática, Agostinho reelabora a questão da relação entre a alma racional e sua fonte: sumariamente, se antes, no neoplatonismo de Plotino, tal relação era pensada na chave de uma identidade, agora, em Agostinho, ela é reposta nos termos de uma reciprocidade. Em última instância, esse deslocamento agostiniano indica, segundo nosso argumento, que o fundamento da filosofia cristã - a encarnação do Verbo - altera a própria colocação do problema da relação entre o espiritual e o material. Este constitui o primeiro núcleo de nosso estudo. Num segundo momento, procedemos à análise pormenorizada da memória, tal como descrita por Agostinho no livro X, em que o redimensionamento do neoplatonismo em chave cristã torna-se palpável: ali se verifica tanto um procedimento ascensional de busca de Deus pela alma humana, quanto um movimento de interiorização, que constitui a sua noção de conhecimento de si. Afirma-se, simultaneamente, tanto a presença de Deus na alma, quanto a sua ausência. Essa concepção ambígua de presença, em que Deus está, ao mesmo tempo, dentro e fora da memória humana, servirá de fio condutor para nosso estudo. Pretendemos assim, mediante esse estudo acerca da origem do conhecimento humano em Agostinho, compreender melhor o lugar da psicologia no interior da filosofia agostiniana.

Palavras-chave: Agostinho, Memória, Deus, Interioridade, Conhecimento de si

Há possibilidade de negatividade na duração?

Júlio César Rodrigues da Costa

Mestrando em Filosofia | UNESP | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli.

O método bergsoniano consiste em investigar as coisas, pelo menos num sentido filosófico, segundo o tempo e não segundo o espaço, pois é no primeiro em que se encontram as diferenças qualitativas, sobrando ao segundo apenas diferenças de grau. A história da Filosofia está plena de filósofos que pensaram segundo o espaço diretamente, ou num tempo especializado, e por isso julgaram o conhecimento incompatível com ele; de fato, mostrar-se-á que o conhecimento, numa perspectiva metafísica, é impossível no espaço, devido às diferenças apenas de grau, isto é, não-essenciais, e também por ser aí âmbito da inteligência, que tem por objeto não a verdade, o conceito, etc., mas a prática, o que se evidencia na não-consciência da plenitude de movimentos necessários para se levantar um braço e pegar um objeto qualquer, mas apenas nas imagens correspondentes à totalidade desse movimento e ao seu objetivo; podemos definir o espaço por estas imagens hipostasiadas do tempo, às quais interessa nossa ação material e imediata. O tempo, por sua vez, é a contração do passado no presente de maneira a ressaltá-lo e impeli-lo adiante, mas de maneira retardada, para que produza esse adiante e não que seja dado no seu todo imediatamente, e é devido a este caráter de elaboração do tempo é que nele se encontra o campo propício às investigações metafísicas e que buscam um conhecimento verdadeiro. Efetivamente, esse é o campo onde tudo se produz, uma pura positividade de contínua novidade, porém, a falta de precisão no corte dos problemas filosóficos, até porque a maioria o operou no espaço e não no tempo, levou à compreensão do mundo não nesses termos, mas como uma contraposição de positivo e negativo, entre o ser e o não-ser, onde o primeiro impera sobre o segundo quando, na verdade, inexistente na realidade, sendo um ato da inteligência subjetiva de abstrair de uma positividade indesejada. Contudo, se esse pensar em negatividades é um erro, pode-se dizer que ele é produzido pela própria positividade contrária a ele, bem como a constituição da inteligência que possibilita abstraí-lo, e portanto há já aí no mínimo esse aspecto negativo.

Palavras-chave: Bergson; Tempo; Espaço; Ideias negativas; Ideias Positivas.

O princípio da melhor descrição e a ontologia do *self* na filosofia de Charles Taylor

Larissa Cristine Daniel Gondim

Doutoranda em Filosofia | UFSCar

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

Pode-se afirmar que um dos pontos centrais da filosofia de Charles Taylor é o desenvolvimento de um conceito de *self* enquanto busca. Essa busca sobre o sentido da vida mostra-se, ao mesmo tempo, perturbadora e necessária. Se a subjetividade humana é um produto dialógico da linguagem, até que ponto é defensável a hipótese de que ideias sobre o Bem são dispensáveis, porque são variáveis? Taylor procura responder a essa pergunta defendendo a ideia de que ter um *self* é ocupar uma posição em um espaço moral histórico e movediço. Nesse espaço moral articulam-se desejos de primeira e segunda ordem. Os desejos de primeira ordem retemem a bens de satisfação primária e imediata. Os desejos de segunda ordem, por sua vez, são bens utilizados para operar juízos de valor sobre bens. A realidade ontológica desses dois tipos de desejo não pode ser veiculada por meio de uma linguagem descritiva. Termos valorativos não têm equivalentes descritivos. É por esse motivo que Taylor vai defender que é preciso construir uma espécie de linguagem expressiva, compostas por termos indispensáveis, isto é, palavras que o sujeito de fala toma como imprescindíveis para descrição daquilo que ele sente. Nesse contexto, o princípio da melhor descrição funciona como um paradigma determinante para a constituição do *self*: se um termo que expressa um contexto de vida é o que melhor explica uma ação, então ele deve ser reconhecido como uma linguagem possível de ser utilizada para justificação moral e política, atribuindo, também, ao *self* que ele molda, um status ontológico.

Palavras-chave: Charles Taylor, identidade, reconhecimento.

Dialética e divisão em Platão: notas sobre o *Filebo*

Leander Alfredo da Silva Barros

Mestrando em Filosofia | UFU | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Denny Garcia Xavier.

Na análise empreendida por Platão no curso da argumentação do diálogo *Filebo* depara-se, em dado momento, – após um longo prelúdio metafísico que trata da antiga e problemática questão do Uno (ἓν) e do Múltiplo (πολλὰ) – com os conteúdos respectivos ao método da divisão (διαίρεσις), frequentemente considerado por muitos estudiosos como característico da dialética daquela que se denominou “a última fase da obra platônica”. Podemos destacar como intento principal deste nosso trabalho, a saber: a investigação em torno do papel desempenhado pelo procedimento das divisões ao longo deste percurso argumentativo e a relação entre esse método (o diairético) e a caracterização da atividade dialética no diálogo supracitado. A trama em questão é marcada pela disputa entre os interlocutores sobre qual dos dois (prazer ou reflexão) pode obter o “primeiro prêmio”, isto é, ser o bem maior (ἀγαθόν), predominantemente característico da vida humana, capaz de tornar felizes os homens (βίον εὐδαίμονα). Nosso exame deste movimento argumentativo, portanto, compõe-se das seguintes etapas: (i) examinar o procedimento das divisões adotado em relação aos prazeres (14b-20a); (ii) analisar o método diairético aplicado às τέχναι (55c-59c), prioritariamente as que lidam com os λόγῳ (discursos); e, finalmente, (iii) evidenciar o sentido da utilização da divisão enquanto uma das modalidades da dialética que visa refletir sobre a “mistura ordenada” (μεικτὸν) entre os tipos de prazeres e de conhecimentos (59dss). Ambos os interlocutores do diálogo estão em busca da “significação maior”, do parâmetro (μέτρον), capaz de apontar os valores (critérios) necessários à avaliação dos componentes do gênero (γένος) da “vida mista boa” proveniente da combinação (precisa) entre alguns tipos de prazeres e determinados conhecimentos. Logo, o “caminho (ὁδός) das divisões”, do qual Sócrates declara ser um amante (ἐπαστής), enquanto τέχνη/ἐπιστήμη dos discursos acerca das especificidades dos prazeres e conhecimentos, novamente alude às peculiaridades da dialética (filosófica); neste caso, ao se assumir aquele proceder investigativo (o das divisões) como meio mais apropriado ao tratamento das questões inerentes às qualidades do melhor modo (humanamente possível) de se viver, ou melhor, do bem viver.

Palavras-chave: Dialética; Divisão; *Filebo*; Platão.

O desenvolvimento da razão em Rousseau: as leituras de Robert Derathé e Gabrielle Radica

Lili Pontinta Cá

Doutoranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Lopes

Em Rousseau, o homem do estado de natureza *stricto sensu* é desprovido da razão – em geral, de todas as faculdades. Porém, ele a possui em potência, isto é, embora desprovido da razão, o homem natural possui a capacidade de desenvolvê-la e, por conseguinte, de ordenar a vida social por seu intermédio. No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau diz que, diferente dos animais que não podem, de modo algum, mudar sua condição e, por isso, permanecerão o mesmo para sempre, o homem pode desenvolver suas faculdades virtuais e recriar a ordem natural. Baseando-se nisso, Robert Derathé reconhece o desenvolvimento histórico da razão em Rousseau, mas não admite por completo a recusa da sua “naturalidade”. Segundo o comentador, a crítica de Rousseau à naturalidade da razão recairia sobre o uso da reta razão para sustentar a “sociabilidade natural”, como teria feito seus predecessores – Pufendorf e Locke, por exemplo. O homem natural de Rousseau é um ser estúpido e limitado. No entanto, isso não anularia a diferença existente entre ele e o animal. A potencialidade da razão diferenciaria esses seres e seria o que torna possível o desenvolvimento posterior da sociedade e a criação de regras que a rege, o que faria Rousseau não se romper completamente com a tradição do direito natural. Isto é, o princípio que possibilita a vida em sociedade viria da própria constituição do homem. Gabrielle Radica recusa essa leitura. Para ela, Derathé não teria atentado consistentemente para os processos da racionalização, que consiste em diversos fenômenos de transformação pelos quais indivíduos sociais passam. Esta comunicação pretenderá apresentar a posição de Derathé e a de Radica sobre o processo do desenvolvimento da razão em Rousseau.

Palavras-chave: Rousseau, razão, Derathé, Radica

Das fantasmagorias da inteligência à positividade triunfante do élan vital.

Luanda Gomes dos Santos Julião

Doutoranda em Filosofia | UFSCAR

Orientadora: Profa. Dra. Silene Torres Marques

Quando nos guiamos somente pela inteligência para interpretar o mundo, ficamos presos a uma representação lógica, vazia, sem cor, quase morta: o espaço. As consequências desse nosso hábito antropológico, necessário à sobrevivência e às demandas pragmáticas, são negativas para a apreensão do ser. É o que Bergson explana no último capítulo da *Evolução Criadora*, no qual aborda o princípio das ilusões teóricas e negativas que angustiam a história da filosofia - o nada, o possível, a desordem - as quais, parafraseando o filósofo, havia considerado antes as consequências do que o princípio. Bergson não apenas esclarece que a inversão ou deformação ontológica na ordem do ser resulta dos devaneios de uma inteligência que transpõe para a especulação hábitos pertinentes à prática, como também abole todo hiato entre consciência e ser, eliminando o relativismo do nosso conhecimento, instaurando uma filosofia positiva, restituindo à mudança sua fluidez plena e ao movimento sua mobilidade.

Palavras-chave: inteligência; élan vital; ontologia; evolução criadora

Engano e ilusão no “Elogio de Helena” de Górgias de Leontinos

Luca dos Santos Simoni

Mestrando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Profa. Dra. Eliane Christina de Souza

O objetivo desse trabalho é expor como, a partir de uma análise dos parágrafos centrais do pequeno tratado “Elogio de Helena” de Górgias de Leontinos (especificamente a partir do §8 até o § 13), sejam apresentadas as funções do *lógos* assim como eram concebidas pelo pensador leontiniano. Sem muitos rodeios, Górgias afirma que a finalidade do discurso é ou a de persuadir ou a de enganar/ iludir quem o escuta; não muitas palavras são despendidas acerca da questão da persuasão (ao menos no tratado que nos propomos examinar nesse trabalho), ao passo que boa parte da exposição subsequente se dedica à noção de ilusão e à finalidade do *lógos* em suas diferentes tipologias. A ilusão (*apathé*) aqui tratada por Górgias, entretanto, se distinguiria radicalmente da mera noção de “falsidade” (*pséudos*): a ilusão/ engano, ao contrário do *falso*, que é aquilo que se opõe radicalmente ao *verdadeiro*, não podem ser condenáveis pura e simplesmente, pois com a ilusão/ engano não se forja uma realidade que não existe absolutamente, mas mostra-se uma realidade possível e que por essa razão não é de antemão “falsa”, tendo em vista o assentimento ao próprio discurso por parte de quem o escuta. Nesse sentido, o *lógos* é usado num domínio outro do que o lógico: o *lógos*, aquele “senhor poderoso” que engana e ilude exerce todo o seu poder no aparato emotivo do ouvinte, retirando da significação própria das palavras proferidas o estatuto primordial para atingir essa finalidade ao engendrar-se como discurso devidamente articulado dispondo as palavras de forma a criar construções sintáticas que exercem seu poder por meio de certa combinação métrica e fonética. Parece, assim, que a significação da palavra não é mais o elemento determinante para atingir o fim persuasivo: ela, a significação, torna-se um instrumento secundário diante do poder emotivo dos “sons” das palavras metricamente dispostas e proferidas.

Palavras-chave: Górgias; Ilusão; Lógos; não-ser.

O viés analítico da linguagem nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein

Lucas Michel dos Santos

Mestrando em Filosofia | Unesp-Marília

Orientador: Prof. Dr. Lucio Lourenço Prado

Tendo em vista, a necessidade de rever e examinar cuidadosamente as fontes, sob as quais as pesquisas são produzidas, em torno da corrente analítica da linguagem de Wittgenstein; pensamos que é necessária a busca de certas influências, que o próprio Wittgenstein deixou em seus contemporâneos para nos mantermos seguros, naquilo que realmente, o filósofo propunha nas *Investigações Filosóficas* (1953). A partir dessa curiosidade, e possível novidade em questões recolocadas, surge a ideia principal, ‘Como pensar a recolocação dos problemas filosóficos em perspectiva da corrente analítica da linguagem de Wittgenstein; e sob qual viés, ele encaminha de fato, suas investigações?’ Para tentar responder a questão, vou me debruçar na primeira parte da obra, e acredito que §122 até 133 têm muito a nos dizer; além daquilo que já fora exposto, pelos comentadores e autores especializados. Se há um possível erro conceitual e metodológico, em interpretar a tradição filosófica da linguagem por parte dos comentadores; então penso que, será necessário recorrer a um autor, que é muito importante; e sequer, é mencionado em bibliografias, principalmente na do próprio Wittgenstein. Pode ser que haja outros, mas esse é mais importante, do que o Círculo de Viena e o grupo de Oxford. Ele recebeu forte influência de Wittgenstein, e seu nome é John Wisdom, que viveu entre 1904 a 1993. As obras que utilizaremos do autor mencionado, e servem de auxílio para compreender as *Investigações*, são *Problems of mind and matter* e *Other minds*; além de outros, como G. E. Moore, Bertrand Russell e Frege que aparecerão durante a pesquisa. Além disso, pensar em uma questão metodológica implica ver, como os pesquisadores estão analisando a concepção de filosofia, no primeiro e segundo Wittgenstein; e nesse ponto, cabe buscar – em P. M. S. Hacker – a visão que nós absorvemos das filosofias de Wittgenstein; e perceber – que é daí – os possíveis erros, em que incorremos. A proposta, do projeto e futura dissertação, é contribuir para pesquisas e debates em tornos de questões filosóficas da linguagem.

Palavras-chaves: corrente analítica, problemas filosóficos e terapia gramatical.

A estética do cangaço à luz do “andarilho” e sua sombra

Luciano Gutembergue Bonfim Chaves

Doutorando em Filosofia | PUC-Rio

Orientador: Prof. Dr. Luiz Camilo Dolabella Portella Osorio de Almeida

Os cangaceiros, apesar das agruras e da rudeza da vida, gostavam de se aformosear, de se vestir de maneira bela e extravagante. Não tinham medo das volantes, dos grupos policiais, muito menos das cores fortes, vivas, naturais. Não tinham medo de música, não tinham medo da dança. De maneira destemida preenchiam-se de vermelhos e azuis fortemente encarnados em suas vestimentas, em seus embornais, em seus anéis de ouro carregados de pedras preciosas. Para além da funcionalidade, a estética do cangaço se estabelece como um elemento fortíssimo de criação de uma identidade e de uma fabulação específica. A estética do cangaço se apresenta como uma forma exuberante de afirmação da vida no sertão nordestino em situações em que obra de arte e artista, em seus aspectos mais singulares de individuação e sonho (Apolo) ou de sociabilidade e delírio (Dionísio), se misturam de tal forma que “o homem não é mais artista, torna-se obra de arte” inserida no azul do céu, cinza ou verde da paisagem. Nesta estética da exuberância, “Apolo” e “Dionísio” ressurgem em plena caatinga nordestina, iluminados e embriagados pelo sol e luar do sertão. Busca-se refletir sobre as suas motivações (origem), criação (composição), finalidade e recepção da estética do cangaço tendo como referencial básico inicial os conceitos de Apolíneo e Dionisíaco, presentes na obra de juventude de Friedrich Nietzsche, especialmente n’O nascimento da tragédia.

Palavras-chave: Estética do cangaço. Apolíneo. Dionisíaco.

Sobre os termos *esse* e *essentia* nas *Quaestiones in Metaphysicam* de Sigério de Brabant

Luiz Fernando Pereira de Aguiar

Mestrando em Filosofia | USP

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira

A querela sobre o estabelecimento dos termos *ente*, *ser* e *essência* toma um importante período da Idade Média tardia e mobilizou os trabalhos de Tomás de Aquino, Alberto Magno, Boaventura, Egídio Romano, Henrique de Gand, dentre outros. Sigério de Brabant, Mestre de Artes da Sorbonne no século XIII, insere-se nesse debate defendendo o que pode ser tomado como uma tese contrária a dos autores citados, em especial, a de Tomás de Aquino – como defendida em *De ente et essentia*. A tese de Sigério, tal qual exposta em suas *Quaestiones in Metaphysicam* (mss. Munique, Cambridge e Paris), é: a) o “ser” (*esse*) pertence à “essência” dos causados, não sendo de nenhum modo dela distinta e, b) “ente” (*ens*) e “coisa” (*res*) significam o mesmo suposto (*suppositum*) segundo a “essência” (*essentia*) e a “intenção” (*intentio*) de modos diversos: “ente” significa o suposto “a modo de ato” e “coisa”, “a modo de hábito” – o que implicaria a defesa da identidade real entre *ente* e *coisa*. Os comentadores, no entanto, apresentam sérias divergências quanto a compreensão do trabalho filosófico do Brabantino. Étienne Gilson em pelo menos duas oportunidades, apresenta a filosofia de Sigério como uma simples continuação de um aristotelismo atrasado, o qual deveria ser contraposto às propostas de Tomás de Aquino. Kurt Flasch, Ruedi Imbach, François-Xavier Putallaz e Catherine König-Pralong, por outro lado, vêem em Sigério um intérprete original da obra de Aristóteles e de seu Comentador – em especial, essa interpretação fica clara em Imbach (1981) que, por sua vez, mostra como o argumento de Sigério será usado até, pelo menos, o século XV por todos aqueles que se posicionam contra a distinção real entre ser e essência. Atentos a essa discussão, buscaremos explicitar os caminhos seguidos por Sigério para defender a tese da identidade real entre ser e essência.

Palavras-chave: Sigério de Brabant, ser, essência, metafísica

Sobre o conceito de sentimento no primeiro livro do Emílio de Rousseau

Luiz Henrique Monzani

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Tentar delimitar um conceito em um filósofo é tarefa quase sempre complexa, tarefa mais árdua quando nos lembramos da nota presente no *Emílio* de Rousseau onde é dito que as palavras são usadas em múltiplas acepções. Nosso objetivo para o presente trabalho é explorar um conceito nessa mesma obra, mais especificamente o conceito de sentimento. Esse conceito possui, ao menos, quatro acepções diversas ao longo da obra de Rousseau. Pretendemos analisar se não é possível afinar essa diversidade e encontrar, talvez, um fio condutor que ajude a compreender melhor o pensamento de Rousseau, e explorar a sua relação com a razão, partindo da sentença do autor que dirá "tivemos sentimentos antes de ideias".

Palavras-chave: Rousseau; sentimento; Emílio; razão

O Nirvana, o nada e a crítica especulativa de G. W. F. Hegel.

Marcelo Marconato Magalhães

Mestrando em Filosofia | UNESP | Bolsista CAPES-DS

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pereira Tassinari

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

A filosofia budista caracteriza-se pela busca do Nirvana, estado de libertação do sofrimento, no qual ocorre a superação do apego aos sentidos, ao material e à ignorância, além da superação da existência, transcendendo, desta forma, o físico e atingindo a paz interior, essência da vida conforme seus ensinamentos. Hegel, o filósofo da Ideia e do Espírito Absoluto, compreende a Filosofia como o desenvolvimento da compreensão do próprio conceito de Deus, enquanto totalidade e mais concreta realidade. Neste sentido, sendo o budismo também parte do autoconhecimento da Ideia, Hegel buscou compreendê-lo como elemento integrante de seu sistema, já que, só assim, sistematicamente, é que podemos compreender a verdade de modo não unilateral. O Nirvana e a filosofia budista representam, desta forma, o momento do nada na filosofia hegeliana. O segundo momento do sistema científico elaborado na Ciência da Lógica é aquele em que visamos a diferença inerente às noções de ser e de nada e, no entanto, também compreendemos que não há diferença intrínseca entre ambos – tanto ser como nada passam um ao outro na consideração propriamente pensante. Como figuras mais elementares do sistema científico, ambos, ser e nada, são puras abstrações e, como tais, longe de serem conceitos concretos: assim, o almejo à ascensão ao Nirvana transforma-se justamente em seu oposto, intento a um descenso rumo à mais alta abstração possível para o pensar – aquela em que ele desconsidera a si mesmo e a sua efetividade verdadeira.

Palavras-chave: Hegel, Budismo, Filosofia Especulativa, Nada, Nirvana

Arne Naess e a Ecosofia T: Uma ética monista em defesa da terra

Maria Aparecida dos Anjos Carvalho

Mestre em Filosofia | Faculdade de Filosofia de São Bento

Orientador: Prof. Dr. Djalma Medeiros

O artigo pretende apresentar o filósofo norueguês **ARNE NAESS**, falecido em 2009, aos 96 anos, criador da **ECOSOFIA T** – filosofia que propõe uma abordagem da Ecologia, pela via de uma ética monista, reconhecendo-se ao planeta e a todos os seus elementos seu valor intrínseco, independentemente do que deles possa resultar de interesse para o homem. Constitui-se, portanto, em uma das propostas universalizantes contemporâneas do pensar o humano dentro do mundo, que começa no ético, atravessa o estético e propõe uma metafísica de resgate, para tempos que já anunciam o pós-humano. A metáfora do Universo como oceano, utilizada por Leibniz, no século XVII, poderia ser aproximada à visão de mundo proposta por **NAESS**. O artigo estará pautado, precipuamente, na obra **ECOLOGY, COMMUNITY AND LIFESTYLE**, de autoria deste último.

Palavras-chave: Ecologia Profunda; Auto-realização; Valor intrínseco da Natureza; Monismo Ético; Ecocentrismo

Teoria Social em John Searle

Michelle Cardoso Montoya

Mestranda em Filosofia | UFRJ | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Dirk Greimann

De acordo com John Rogers Searle, a Intencionalidade, conforme definida em *Intentionality* (1983) seria: “a propriedade de vários estados mentais e eventos para os quais são direcionados para ou sobre os objetos e estados de ligação no mundo”. E ela, por sua vez, exerceria um papel importante na estrutura das ações humanas e observá-lo, segundo Searle, nos auxiliaria em nossa busca de explicações acerca do comportamento humano ordinário, tal como ele costuma se apresentar em nosso cotidiano social. Como parte da proposta de uma ontologia mental de Searle, essa Intencionalidade teria algumas características bastante específicas em relação a algumas concepções mais tradicionais, tais como as de Davidson ou Brentano por exemplo. Sendo distinta de mente e consciência, a Intencionalidade também se diferenciaria de uma mera “intenção”. Então, podemos considerar que para Searle, Intencionalidade em seu sentido mais primário, é um modo da mente se colocar frente as propriedades e estados de coisas do mundo. A ontologia da mente de John Searle surge de forma mais detalhada em *Intentionality* com a proposta de elucidar a relação entre mente e linguagem em sua filosofia, bem como os limites de sua ontologia linguística que porventura não tivessem sido tratados de modo suficiente em *Speech Acts* (1969). Deve-se ressaltar que posteriormente a Intencionalidade passa a exercer um papel social importante no contexto que o autor denomina como ontologia social em *The Construction of Social Reality* (1995), proporcionando fundamentos sobre como são construídos os fatos sociais e as relações intersubjetivas. Em *Making the Social World* (2010), Searle esclarece que as três ontologias que propôs ao longo de suas obras, a saber, a linguística em *Speech Acts*, a mental em *Intentionality* e a social em *Construction*, finalmente se unem em sua teoria social, proporcionando explicações acerca do comportamento humano e de como se formam as instituições sociais. Assim sendo, pretende-se nesta exposição, abordar as principais bases das três ontologias mencionadas, bem como a forma pela qual o autor chega a possibilidade de construir uma teoria social a partir delas.

Palavras-chave: Intencionalidade; ontologia social; ação; ontologia linguística; fatos sociais.

A teoria da sedução freudiana e seu abandono - uma investigação sobre as consequências teóricas dessa renúncia

Munique Gaio Filla

Mestranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria

As elaborações teóricas de Freud dedicadas à explicação da etiologia das neuroses e, em última instância, ao esclarecimento sobre a gênese da sexualidade humana, referentes sobretudo ao intervalo entre 1895 e 1897, foram agrupadas no que se conhece na história da psicanálise por teoria da sedução. A identificação de traumas psíquicos de origem sexual, os quais mobilizavam defesas patológicas e ocasionavam os sintomas neuróticos, levou Freud a se deparar com o desafio de elucidar os vínculos entre a sexualidade, a particular incidência da repressão sobre ela e a consequente emergência da patologia. Em textos como as *Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), no qual são expostos abertamente os preceitos da teoria da sedução, Freud afirma o caráter etiológico das vivências sexuais passivas da infância na irrupção das neuroses, além de enfatizar que o efeito traumático consiste na recordação em um período sexual, após a puberdade, da experiência referente a um período pré-sexual. Neste momento da obra, a ausência de sexualidade infantil e seu advento com a puberdade são indiscutíveis para o psicanalista, embora essas concepções tenham seu prazo de validade datado - 21 de setembro de 1897. Na famosa carta 69 enviada a Fliess, Freud revela não acreditar mais nessa teoria das neuroses e apresenta uma série de motivos que o levaram a essa descrença. É recorrente que os historiadores da psicanálise, em concordância com a posição do próprio Freud em *Contribuição à história do movimento psicanalítico* (1914), considerem que essa renúncia teórica culminou na desobstrução do caminho para a emergência de conceitos fundamentais como a fantasia, o complexo de Édipo e a sexualidade infantil. O presente trabalho pretende demonstrar que o surgimento dos três conceitos citados se deu de forma mais embaraçosa do que aparenta e que houve desequilíbrios teóricos em decorrência de minimizar o papel da sedução e tornar a fantasia preponderante, com base nas discussões trazidas por Laplanche e Pontalis, em *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia* (1988) e Monzani, em *Freud: o movimento de um pensamento* (1989).

Palavras-chave: sedução; fantasia; sexualidade infantil; Édipo; Freud

Montaigne leitor de Maquiavel

Natanailtom de Santana Morador

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientador: Prof. Dr. Fernão de Oliveira Salles dos Santos Cruz

Maquiavel e Montaigne fazem parte daquilo que Sérgio Cardoso chama de “projeto ético humanista”. Neste sentido, ambos partem de uma formação comum, que tinha como pressuposto o domínio do latim e o acesso direto à cultura romana. No entanto, o ponto de partida que os liga é o mesmo que parece distanciá-los. Enquanto Maquiavel reformula o pensamento político dos antigos e funda uma maneira moderna de compreender o governo ao “desnaturalizá-lo” e “dessacralizá-lo; Montaigne, por sua vez, nos ensaios do Livro II, reafirma a concepção ideal e virtuosa da política e, quando percebe – no Livro III – que não consegue sustentar essa posição, propõe uma saída inovadora para o seu tempo, numa tentativa de solucionar o problema levantado por Maquiavel. Assim, reconhecendo a contemporaneidade de Montaigne em relação a Maquiavel e os ecos do pensamento deste nos *Ensaio*s daquele, far-se-á uma leitura que tentará compreender os elementos que aproximam e os que distanciam os dois filósofos. Para tanto, o itinerário dar-se-á em três movimentos. Primeiro, tentaremos encontrar um lugar comum aos dois pensadores de modo que possamos estabelecer uma aproximação inicial. Em seguida, apresentaremos, *en passant*, as principais ideias de Maquiavel, porque elas serão base para a compreensão da leitura de Montaigne. Por fim, veremos a recepção do pensamento maquiaveliano e suas influências nos escritos do ensaísta, bem como as posições de Montaigne frente a Maquiavel em dois momentos dos *Ensaio*s.

Palavras-chave: Montaigne; Maquiavel; Política

Critérios de Leitura do Mito da Reminiscência (Mênon 80a-10-e2)

Nestor Müller

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Christina de Souza

A noção de reminiscência – de ampla fortuna crítica e a partir de meados do século XIX denominada “teoria da reminiscência” – foi introduzida por Platão no diálogo *Mênon*. Nesse texto ela surge primeiro como *lógion* tradicional de antigos sacerdotes, sacerdotisas e poetas inspirados, do qual o personagem Sócrates extrai a tese de que o investigar (*zétein*) e o compreender-aprender (*manthánein*) são, no seu todo, um reconhecimento (*anámnesis*) de tudo o que a alma, por ser imortal, já esteve na condição de aprender. Em seguida, o mesmo Sócrates oferece uma demonstração prática – mediante a célebre conversa com um menino-escravo - do que é essa *anámnesis*, do que esse ensinamento tradicional quer dizer. Desses dois modos de apresentar a reminiscência, o primeiro (80a10-e2) é considerado pela maioria dos comentadores atuais como sendo um mito. A presente comunicação quer discutir a validade dessa classificação e mostrar a importância filosófica desse gênero poético especial que é o mito, acolhendo critérios propostos por Saturnio Salústio (meados do século IV dC), por Glenn Most e por Samuel Scolnicov (início do século XXI). Com base nesses parâmetros, e na cuidadosa análise do texto, torna-se possível superar algumas interpretações insuficientes sobre a seção em pauta, as quais ou enclausuram ou desqualificam a sua riqueza epistemológica. Contra elas, pode-se alcançar uma interpretação que dá conta de contextualizar de modo mais amplo e coerente a noção de *anámnesis* no tecido inteiro do diálogo *Mênon*.

Palavras-chave: Platão, Reminiscência, Mito, Imortalidade, Interpretação.

Loucura e genialidade em Schopenhauer

Nilton José Sávio

Mestrando em filosofia | UFSCar | Bolsista CNPq

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria

Nosso trabalho explorará as aproximações e os distanciamentos entre os conceitos de loucura e genialidade, no contexto da metafísica do belo de Arthur Schopenhauer. O estudo da arte na filosofia da Vontade tem no gênio seu objeto central, por isso as diversas linguagens artísticas, a fruição das obras, as técnicas de criação, dentre outros, estão intimamente ligadas a esse conceito; esses tópicos só podem ser entendidos em plenitude, se respeitada esta relação: a identidade da arte à genialidade, assim como do verdadeiro artista ao gênio, por consequência, a produção legítima só existe se for proveniente desta fonte e nada mais. Neste sentido, a caracterização do gênio é imprescindível, porque consiste em um processo de desvelamento da própria essência da arte. No entanto, a caracterização revela pontos de contatos muito fortes com a loucura, sobretudo, no que diz respeito a perda das conexões das coisas entre si. Em outro aspecto, estudaremos problemas interpretativos quanto ao próprio estatuto do gênio, na medida em que ele é visto como uma anomalia ou uma *antinatureza*, entretanto, ao contrário da loucura, isso emerge como a afirmação de uma essência positiva e desejável. Distinguir ambos os caracteres torna-se benéfico para o aprofundamento do estudo da genialidade, na justa medida em que evita confusões diversas, com forte impacto nas conclusões gerais das análises da metafísica do belo.

Palavras-chave: Schopenhauer; Genialidade; Loucura; Metafísica do Belo.

Franceses e romanos: entendimento e política no terceiro capítulo de *O Príncipe* de Maquiavel

Otávio Vasconcelos Vieira

Mestrando em Filosofia | UNICAMP | Bolsista CNPq

Orientadora: Profa. Dra. Yara Adario Frateschi

No terceiro capítulo de *O Príncipe*, ao examinar como podem os príncipes que conquistam novos territórios mantê-los, Maquiavel faz do exemplo das conquistas perdidas pelos reis franceses na Itália durante as guerras da renascença tema central. Também é central o contra-exemplo evocado pelo autor: e as vitoriosas conquistas dos antigos romanos na Grécia. Segundo Maquiavel, “os franceses não entendiam de estado” (capítulo III) e por isso perderam suas conquistas na Itália; os romanos, por outro lado, por serem “príncipes sábios” (capítulo III), mantiveram suas províncias na Grécia. São curiosas estas recorrências a noções tais como a de entendimento e de sabedoria. O que significa entender de Estado? O que caracterizaria um príncipe como sábio? E, mais importante, como e em que medida entender e ser sábio garantem sucesso na manutenção das conquistas? Nossa comunicação pretende ponderar sobre estas questões a partir de uma leitura do terceiro capítulo de *O Príncipe*. Buscaremos evidenciar como uma capacidade de entender as condições políticas dadas e deliberar acertadamente a partir deste entendimento é essencial para o ato bem sucedido de conquista. A falta de um bom posicionamento político foi a causa do fracasso dos franceses e a prudência em se agir no momento adequado foi a causa das vitórias romanas. Examinando estes exemplos, questionamo-nos sobre a possibilidade e os limites de um entendimento político ou uma sabedoria política propostos por Maquiavel, distintos de um conhecimento teórico sobre a política.

Palavras-chave: Maquiavel, *O Príncipe*, Conquista, Sábio, Entender

Entre a Literatura e a Filosofia: o tema da sexualidade no pensamento de Jean-Jacques Rousseau

Paulo Ferreira Junior

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista Fapesp

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Pretende-se apresentar a continuidade de uma pesquisa desenvolvida no mestrado sobre o tema da sexualidade no pensamento de Jean-Jacques Rousseau. O filósofo genebrino foi considerado por muitos como um escritor sedutor. Ele seduziu seus leitores pelas ideias políticas e pela escrita romanesca. Ele produziu os mais variados gêneros de textos: verbetes, discursos, ensaio, peças de teatro, tratados de filosofia política, de educação, romance epistolar, cartas, autobiografia etc. Por essas razões é daquele tipo de autor híbrido que transita entre a literatura e a filosofia. Rousseau também foi um crítico severo tanto da literatura quanto da própria filosofia, o que não impediu de se tornar um clássico nesses dois campos do saber. Para nós, a relação entre a literatura e a filosofia, além de nuançar alguns dos paradoxos do filósofo em questão, pode também iluminar um tema ainda pouco abordado de seu pensamento: a sexualidade. Terá sido a literatura uma via de entrada da sexualidade como um tema de reflexão filosófica para Rousseau? Partindo dessa hipótese, acreditamos que o tema da sexualidade é profícuo e pode oferecer um fio condutor entre Rousseau teórico e Rousseau criador.

Palavras-chave: Rousseau, Filosofia, Literatura, Sexualidade.

Intuição em Bergson – por uma filosofia da *expressão*

Paulo Jorge Barreira Leandro

Mestre em Filosofia | UFPB

Orientadora: Profa. Dra. Debora Morato Pinto

O presente trabalho tem o intuito de apresentar o conceito de intuição em Henri Bergson como método filosófico, experiência criativa do duplo e instaurador de processos criativos dentro da dimensão da duração. Para isto, partiremos de obras do próprio Bergson para solavancar a hipótese deste trabalho, dentre elas estão: *Essai sur les donnés immédiates de la conscience* (PUF, 1889); *L'évolution Créatrice* (PUF, 1907); *La pensée et le mouvant* (1934); *Matière et mémoire* (PUF, 1896), *Le rire* (PUF, 1900) e *Les deux sources de la morale et de la religion* (PUF, 1932). Para Bergson a duração se apresenta como algo interior, qualitativo da vida, que por possuir esta qualificação pode promover a experiência da dimensão mais propriamente do Todo. Esta experiência qualitativa, na dimensão da duração, é condição de possibilidade para um entre, um cruzamento, um encontro, naquilo que Merleau Ponty acentua como uma *filosofia da expressão*, onde a ação intuitiva é justamente a experiência criativa deste entrecruzamento, deste encontro de dimensões de uma mesma duração seja ela, quantitativa ou qualitativa. Este mesmo movimento, vale ressaltar, que acontece de um lance só, se apresenta, e apresentando-se em sua origem, traz consigo também seu aspecto finalístico, ou seja, tanto o início deste movimento como sua chegada surgem como - um único - na duração. É neste movimento que se instaura dentro do processo filosófico, na *trinca* da duração com a vida, o acontecimento criativo, a que Bergson conceituou de *Intuição*. Neste sentido é que o presente trabalho possui o intuito, como hipótese de pesquisa, de permear a filosofia da intuição de Henri Bergson como uma filosofia da expressão, criativa e diferenciadora. Assim, num horizonte de questões sobre duração, intuição e sua expressão na filosofia – como intuição filosófica, na arte – como intuição artística e na espiritualidade como intuição mística, adentramos o universo bergsoniano para apresentar a potência evolutiva da *expressão* de sua *filosofia* para a *Vida*.

Palavras-chave: Bergson; Intuição; Expressão

Confiabilismo e problema da indução: uma avaliação da crítica de Howson

Pedro Bravo de Souza

Mestrando em Filosofia | UNESP-Marília | Bolsista FAPESP

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Alves

Objetiva-se avaliar a razoabilidade da crítica de Colin Howson à abordagem confiabilista do problema da indução, tal como defende James van Cleve. De modo geral, o problema da indução configura-se como a tentativa de justificar racionalmente argumentos indutivos, tendo em vista a impossibilidade de fazê-lo mediante - em termos humeanos - argumentos demonstrativos ou argumentos morais. Por sua vez, confiabilismo é a corrente epistemológica segundo a qual a justificação de crenças depende de processos caracterizados por uma tendência a produzirem mais crenças verdadeiras que crenças falsas. Baseando-se na proposta confiabilista de Alvin Goldman, em particular, van Cleve busca justificar a indução apresentando, inicialmente, um argumento que evidencie sua confiabilidade para, em seguida, concluir que, se a indução é confiável, então ela é justificada no sentido confiabilista. Procurando se esquivar de possíveis objeções, van Cleve lança mão de algumas distinções conceituais (e.g. *circularidade epistêmica* e *circularidade quanto à regra*), além de traçar paralelos entre a justificação da dedução e aquela da indução. Ora, Howson critica van Cleve em duas frentes: (i) o paralelo estabelecido entre a dedução e a indução é falso, e (ii) por meio do paradoxo das esmeraldas *verdul* de Nelson Goodman, conclui-se justamente que a indução não é confiável, uma vez que tal paradoxo mostra como hipóteses confirmadas pelos mesmos dados evidenciais até o presente fazem, contudo, previsões incompatíveis. Não obstante a objeção por meio do paradoxo acima, Howson altera-o de modo a criticar ainda mais fortemente van Cleve. Luiz Helvécio Segundo defende, porém, que o argumento de Howson é autoderrotável, no sentido de que implica a crença de que a forma do argumento é inconfiável. Procuraremos avançar o debate sugerindo tanto outras objeções a Howson e a van Cleve, quanto considerações sobre a possibilidade, em geral, da abordagem confiabilista resolver o problema da indução.

Palavras-chave: Epistemologia - Problema da indução – Confiabilismo - Colin Howson.

Um filósofo entre os filólogos: Nietzsche e a renovação da cultura alemã

Rafael Hyertquist Bordini

Mestre em filosofia | UFSCar

Orientadora: Profa. Dra. Thelma Lessa da Fonseca

No dia 28 de Maio de 1869, em razão de sua recente nomeação como docente em Basel, Nietzsche apresenta seu discurso de posse intitulado de *Homero e a filologia clássica* à comunidade acadêmica. O discurso proferido pelo jovem professor tem como um de seus objetivos discutir a intrincada disputa entre correntes filológicas e denota a preocupação com os rumos da filologia enquanto disciplina. De um lado, a filologia clássica de viés cientificista idelizada pelos esforços de Friedrich August Wolf. Esta pretende realizar um estudo crítico-historicista a partir de documentos e dados concretos, com a pretensão de obter um conhecimento objetivo da antiguidade. De outro, os filólogos de aspiração humanista, os “amigos da antiguidade” ou a tradição classicista encabeçada por Winckelmann, que toma o modelo grego de vida como ideal cultural a ser imitado pela Alemanha. A partir da abordagem de um problema clássico da filologia denominado “a questão homérica”, Nietzsche pretende propor uma renovação dos paradigmas nortedores da filologia e reestabelecer a síntese entre essas duas correntes a partir do solo da filosofia. Nosso objetivo é indicar a relevância deste discurso inaugural e da análise do contexto do autor na medida em que ambos reverberam substancialmente em seus primeiros escritos. Todo esse trajeto permite situar os seus escritos do período de juventude como *O nascimento da tragédia* e os escritos sobre a linguagem dentro de um projeto geral que se volta para a reflexão sobre o estatuto da cultura da Alemanha do século XIX e também a sua gradual passagem da filologia para a filosofia.

Palavras-chave: filologia, filosofia, arte, ciência, cultura

Notas sobre noção de duração em Bergson

Rafael Pellegrino

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientadora: Prof. Dra. Silene Torres Marques

De todos os temas que podemos encontrar na literatura de Henri Bergson, desponta um cuja relevância e singularidade motivou no espírito filosófico um vasto e fértil terreno especulativo. Presente a seu modo em todos os passos de Bergson em sua obra, a noção de duração penetra em volume toda a paisagem de seu pensamento. E não apenas como conceito necessário à arquitetônica de sua metafísica, mas como noção verdadeiramente atuante em cada momento da reflexão bergsoniana, cuja natureza é ser, ao mesmo tempo, os passos hesitantes de uma filosofia que se faz, a paisagem que a convida a caminhar e a mirada ao horizonte para o qual ela se dirige. Nossa apresentação partirá de três notas acerca da duração que acreditamos ser fundamentais: 1) a duração pura é o que se revela à consciência como sua natureza fundamental a partir de uma tomada imediata da consciência consigo mesma; 2) a duração não habita um corpo em abstrato, mas, no íntimo de nossa vida pessoal, o pensamento em duração nos revela o sentido do corpo vivo capaz de *sentir* a experiência do durar; 3) a duração não perpassa o mundo abstratamente, mas é o próprio mundo quando revelado em sua realidade profunda, realidade esta que emerge com a Vida que a pode sentir e, ao menos no caso do homem, coincidir-se conscientemente com ela. Ao desenvolver estes pontos, buscaremos formar um quadro introdutório geral a respeito da noção de duração. Mais uma *noção* que um *conceito*, a duração bergsoniana não se resume a um conjunto de significados, não carrega consigo pesos e medidas e por isso não se aplica a qualquer escala de mensuração para que, por ela, possamos criar um *corpus* metafísico nos moldes clássicos. Ela é, acima de tudo, a expressão de uma intuição e, como tal, aponta para uma postura original do pensar filosófico.

Palavras-chave: Duração, intuição, temporalidade, metafísica.

O “em si para nós”: Merleau-Ponty e o problema da corporeidade

Rafaela F. Marques

Doutoranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon S. Moutinho

Limitando-se ao mundo objetivo – ou mundo “tout fait” –, o que chamamos de pensamento clássico deixa de pensar na experiência perceptiva enquanto experiência de um corpo “atingido” pelo mundo ou habitante dele, para dar a essa experiência o estatuto de ideia, de um “ajuntamento” de partes, ou ainda de uma simples relação estímulo/resposta. Dessa forma, “não me ocupo mais de meu corpo, nem do tempo, nem do mundo, tais como os vivo no saber antepredicativo, na comunicação interior que tenho com eles. Só falo de meu corpo em ideia, do universo em ideia, da ideia de espaço e da ideia de tempo” (Php, 86; 109). Entretanto, é justamente dessa experiência antepredicativa e sua relação com o mundo préobjetivo que se preocupa a fenomenologia e será sobre essa base que Merleau-Ponty construirá sua filosofia. Devemos, então, tentar compreender como “paradoxalmente há, *para nós*, o *em si*” (Php, 86; 110), afirmação que parece absurda tanto na perspectiva intelectualista quanto na empirista, mas que pode ser compreendida caso adotemos abordemos diferentemente a questão do corpo. Por representar a maneira pela qual Merleau-Ponty será capaz de compreender como existe o em-si para nós, a questão da corporeidade é um assunto capital em sua filosofia – o sendo, também para este trabalho. Por essa razão, o autor nos diz que a partir das análises que serão empreendidas no que se refere ao corpo próprio veremos que ele “se furta (...) ao tratamento que a ele se quer impor” (Php, 86; 110), estando contida nesse “tratamento” a objetivação do corpo; uma das maneiras de evidenciar essa “fuga” baseia-se na análise de patologias já estudadas por fisiólogos e psicólogos. Portanto, será preciso compreender primeiramente as posições da filosofia clássica acerca da temática do corpo para, em um segundo momento, esclarecer como o estudo de alguns casos patológicos auxiliam Merleau-Ponty na construção de um corpo que não se define apenas nos termos do *em-si* ou do *para-si*.

Palavras-chave: corpo; patologia; fenomenologia.

Bergson, Ravaisson e a arte como metafísica figurada

Rauan de Oliveira Luiz

Mestrando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientadora: Profa. Dra. Silene Torres Marques

A filosofia, afirma Bergson em uma entrevista concedida no ano de 1910, encontra-se mais próxima da arte do que da ciência. Em sua definição, a filosofia consiste em um gênero do qual as artes são as espécies. O artista é, decerto, um elemento privilegiado em suas obras. *A evolução criadora* demonstra, por exemplo, a criação como um fato, porém um fato que escapa essencialmente às proposições da biologia e da ciência em geral. O mesmo esforço inventivo responsável pela geração das espécies precede à criação das distintas personalidades humanas e é este ao qual a produção artística dá seguimento, logo a chave de compreensão não apenas do processo evolutivo, mas também de toda criação no interior da temporalidade, está em nossa vivência inerente e em especial no trabalho do artista para o qual a criação é algo fundamental. Mas, à partida, esta estrita relação com a arte pode ser não mais que uma característica latente nas obras do filósofo em questão, pois é intenso seu diálogo com as ciências de sua época. Em relação aos artistas, em contrapartida, mesmo com uma coincidência curiosa compartilhada com os poetas simbolistas — entre outros possíveis exemplos —, Bergson denota que ambos se ignoraram mutuamente. Todavia, se Bergson foi realmente um adepto do “espiritualismo realista” de Ravaisson, um exame dos escritos deste último poderá nos oferecer apontamentos para uma melhor compreensão da relação entre a filosofia e a arte em suas principais obras onde ela é um tema relativamente escasso. Algumas semelhanças nos permitirão corroborar as asserções dos dois autores ao mesmo tempo em que as diferenças poderão nos ajudar a salientar importantes peculiaridades. Especialmente, demonstraremos que ao expor a definição de Ravaisson concernente à arte Bergson apresenta também a sua própria.

Palavras-chave: criação; arte; metafísica; espiritualismo.

Um reflexo no espelho: o para além da leitura de Ricoeur

Roberta C. Browne

Mestranda em Filosofia | USP

Orientador: Prof. Dr. Victor Knoll

Pensar as palavras em sua forma poética. Pensar o como elas nos tocam, nos influenciam, como elas nos fazem pensar. Com elas, uma imensidão de possibilidades se abre a nossa frente. E é dentro desse mar de possibilidades que a surpresa nos espera. Descobrir o antes encoberto não é uma ação que se dê sem risco. Se o que queremos é o mundo vivo do texto, temos é que arriscar as pequenas certezas do mundo vivo de nós mesmos. O que se almeja nessa discussão é o “*para além* da leitura”, é o processo em que o texto se refigura, é no processo em que o texto toca a realidade, que aquela vida apenas lida sobe um patamar e influências passa a causar. Temos, pois, o belo confronto entre dois mundos: o mundo do texto e o mundo do leitor. E para o confronto de hoje, Wilde foi o interlocutor escolhido – com as palavras de Lorde Henry, com o idealismo de Basílio, com o retrato de Dorian. Nesse confronto entre mundos, entre realidade e ficção, afirmamos que um leitor passivo não aqui nos interessa. Queremos sim um leitor que responda ao texto, que aja, que a ele se conecte como agente, que a ele combata. Com Ricoeur, afirmamos: não haverá conhecimento sem enfrentamento, se o mundo do texto e o mundo do leitor não se fundem, não há refiguração, não há ação, não há impacto, mudança não há. Sem um leitor que atualize o texto, aquele livro não passa de letras mortas, manchas de tinta numa folha em branco. E sem as manchas, nós enquanto leitor não somos. É nessa complexa relação que essas manchas ganham vida, *na medida-em-que-diz* ganham significado, em texto se transformam. E numa refiguração nos possibilitam. Dorian não mais vive apenas nas letras por Wilde escolhidas, Dorian agora por nós é atualizado. Dorian agora em nós vive.

Palavras-chave: Paul Ricoeur. Mundo do texto. Mundo da ação. Oscar Wilde. Dorian Gray.

A passagem do individual para o comunitário mediante o conceito de gozo na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Rodrygo Rocha Macedo

Doutorando em Filosofia | UFSCar

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

O presente trabalho tenciona explicar, sob a leitura da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, como a consciência individual adquire uma propensão a realizar-se coletivamente quando impulsionada pelo gozo (*Genuss*). Em um momento prévio, a consciência-de-si identifica limitações internas que somente são supridas no mundo, o qual está povoado por outras consciências. Uma consciência, quando se apresenta como estranha a outra consciência, leva o nome de “Outro”. Dessa forma, a consciência, de modo a extinguir o vazio e a estranheza que as suas próprias carências provocam em si, efetuará um movimento no mundo para, comunicando ao Outro suas necessidades, consumi-lo, bem como aquilo que este Outro produz e, assim, obter a fruição do seu desejo, aplacando-o. Todavia, este trabalho propõe que a percepção da consciência em “consumir” e “negar” o Outro para satisfazer-se não contém um resultado de destruição mútua de consciências entre si, mas progride para uma etapa em que estas se reconhecem como semelhantes por se vislumbrarem como unidades conscientes, irmanadas por conterem, todas sem exceção, carências e necessidades. Dessa forma, o gozo, ao impelir uma consciência ao encontro de outra consciência (e nunca retrai-la para o interior de si), pode ser entendido como um propulsor que articula para a consciência uma inevitável e vindoura compreensão de pertença a um grupo, estimulando a transformação do “eu” em “nós”. Em outras palavras, o gozo pode significar tanto um indutor coletivo como uma protoimagem da comunidade.

Palavras-chave: Hegel; gozo; desejo; consciência; Outro.

Heidegger e a origem antepredicativa do enunciado

Taciane Alves da Silva

Doutoranda em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

É no horizonte de uma investigação fenomenológica que pretende encontrar a essência do juízo predicativo no âmbito da experiência antepredicativa que podemos situar a análise de Heidegger, no § 33 de *Ser e tempo*, do enunciado como estrutura modal, cuja origem é a interpretação. O ponto de partida da abordagem é o pressuposto de que o enunciado, como expressão do comportamento intencional da existência humana, depende da manifestação prévia do ente, sob um determinado modo de ser, numa totalidade significativa *a priori*, projetada pela compreensão e articulada na interpretação. A principal consequência desta dependência é a seguinte: os contextos de significação, que articulam os modos de desvelamento do ente, não se tornam acessíveis a partir do enunciado mesmo. Em virtude desta exigência, o ato de enunciar, como um comportamento do *Dasein* dirigido às “coisas”, tem sua condição de possibilidade num horizonte de compreensibilidade transcendental e antepredicativo que permite a aparição do ente: o mundo. O sentido inerente a toda compreensão, que descobre o ente, de modo primário, em sua funcionalidade específica, e a toda articulação interpretativa precede ontologicamente o enunciado e já é sempre pressuposto em todo ato discursivo de determinação predicativa. São necessárias, em última instância, certas modificações ontológico-existenciais na estrutura da interpretação para que surja o enunciado predicativo, cujos casos-limite são as proposições lógicas do tipo S é P. Sob a perspectiva desta condição, nosso principal propósito é esclarecer o modo como o enunciado predicativo e seus principais elementos constitutivos estão fundados na experiência antepredicativa, de natureza compreensivo-interpretativa, na qual as “coisas” se tornam primariamente acessíveis. Este acesso antepredicativo, oriundo da familiaridade da existência humana com o horizonte significativo do mundo, nos permitirá mostrar, por sua vez, como a análise da origem do enunciado no § 33 é de relevância fundamental para o *leitmotiv* do projeto de *Ser e tempo*: a *Seinsfrage*.

Palavras-chave: Enunciado, experiência antepredicativa, compreensão, interpretação, mundo.

O Problema da relação entre Subjetividade e Transcendência nas *Investigações Lógicas*

Tayrone Barbosa Justino Alves

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

O objetivo desta apresentação é o de esclarecer a relação problemática entre subjetividade e transcendência nas *Investigações Lógicas* de Edmund Husserl. Para tanto, traçamos uma gênese deste problema, que se inicia nos *Prolegômenos*, até seu desfecho na *Sexta Investigação Lógica*. Tal problemática surge na luta de Husserl contra as concepções psicologistas do final do sec. XIX, e, assim sustentamos, constitui a maior preocupação deste autor durante todo o trajeto das *Investigações*. O que mostraremos em nossa apresentação é como, no final da refutação do psicologismo, resta a Husserl explicar de que modo podem entrar em relação, tanto a subjetividade das vivências psicológicas como a transcendência dos objetos visados nestas vivências; uma vez que os *Prolegômenos* colocaram tais instâncias como naturezas separadas, o problema legado ao restante das *Investigações* é o de mostrar como num ato de juízo (ou seja, uma vivência subjetiva) o sujeito entra em relação com o objeto julgado neste ato (instância que transcende tal vivência subjetiva). A resposta de Husserl consiste em apresentar uma disciplina, a fenomenologia, que busca descrever no âmbito da esfera subjetiva as essências dos modos pelos quais esta dimensão das vivências se remete aos objetos que a transcendem. Tal problemática é resolvida através do conceito de intencionalidade, apresentado na *Quinta Investigação Lógica*. Pela estrutura intencional Husserl pretende descrever como a região do subjetivo visa tais objetos transcendentais, ou seja, como a esfera dos vividos psicológicos opera por meio de intenções que apreendem os objetos. Esta tensão entre subjetividade e transcendência e a maneira como Husserl propõe resolvê-la é precisamente o que gostaríamos de esclarecer.

Palavras-chave: Fenomenologia; Subjetividade; Transcendência; Intencionalidade

“Os erros serão nossa salvação” – Friedrich Schlegel e o legado da *Crítica*

Thiago das Chagas Santos

Mestre em Filosofia | UFSCar | Bolsista Capes

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos

O Idealismo Alemão pode ser descrito como as inúmeras tentativas de transformar, como diria Kant ao fim da primeira *Crítica*, o atalho em estrada principal. Se o caminho *Crítico* ainda estava em aberto somente uma busca sistemática poderia levar a cabo sua resolução, ou seja, seria na conquista de um Sistema, como tentou Fichte ou Hegel, que a filosofia iria encontrar, enfim, seu porto seguro. Porém, se para muitos a *Crítica* trazia problemas a serem resolvidos, para Schlegel eram os seus problemas que a tornavam uma fonte inesgotável de filosofar e a luta por reparos e resoluções a levariam para uma via dogmática, tudo aquilo que a *Crítica* parecia querer evitar. Assim, Schlegel propõe uma leitura do sistema da *Crítica* não como algo a ser resolvido, mas como uma série de problemas que deixariam em aberto a reflexão e que nos manteriam distantes de um certo dogmatismo que embotaria a atividade de filosofar. Assim, nossa comunicação buscará apresentar o caminho de Schlegel na busca por manter a *Crítica* a salvo de soluções cabais de seus contemporâneos que negariam todo o esforço kantiano ao mesmo tempo em que buscar-se-á delimitar os contornos de seu pensamento dentro do álbum de família do Idealismo Alemão.

Palavras-chave: *Crítica*, Friedrich Schlegel, Sistema.

A literatura para além da linguagem

Uriel Massalves de Souza do Nascimento

Doutorando em Filosofia | PUC-RIO | Bolsista CNPq

Orientador: Prof. Dr. Pedro Duarte de Andrade

Desde os trabalhos de Maurice Blanchot e Foucault sobre a literatura, tornou-se muito comum considerá-la, dentro do campo filosófico, como um território no qual apenas conta o texto escrito, sendo quaisquer informações ulteriores desnecessárias e/ou menos importantes do que a materialidade do texto. Assim, quaisquer abordagens que busquem algo fora do texto ou da linguagem – mesmo que busquem, por exemplo, a noção de obra – parecem inadequadas, uma vez que, para fazê-lo, é necessário descrever aquilo que é buscado com a linguagem, fazendo com que o descrito seja apenas um texto sobre o texto, no duplo sentido do termo sobre. A redução ao linguístico, no entanto, não se considera redução; ao contrário, arroga-se a prerrogativa de ser a possibilidade mesma de ampliação dos possíveis, posto que, se só há texto, eles podem, ao fim e ao cabo, servir de meios de multiplicação do real na e pela linguagem. Nossa abordagem, entretanto, se direciona para outra visada. Mobilizando a noção ricoeuriana de narrativa e seu entrelaçamento indissociável da experiência vivida, buscaremos defender a noção de que o texto literário pode ser lido, ele mesmo, como algo que bordeja uma experiência vivida sem nunca esgotá-la. O ato criativo da literatura nos aparecerá, a partir disso, não apenas como uma possibilidade de expansão dos possíveis - como algo propositivo, portanto – mas como a descrição de um possível já efetuado capaz, exatamente por isso, de lançar luz a outras experiências. A literatura gera, com isso, reconhecimento. Isso porque, ao conferir vida à linguagem, a literatura também confere linguagem à vida e essa última operação estrutura e revela a estrutura a um só tempo. É, portanto, uma operação de descoberta e criação em apenas um movimento. Lida assim, toda literatura se transforma em descrições de modos de existência e se transforma, também, em caminhos para a compreensão da existência histórico-linguística do homem.

Palavras-chave: Hermeneutica; Paul Ricoeur; Teoria Literária; Narrativa; Experiência.

Sobre o absurdo camusiano e a possibilidade de se extrair dele um samba:
entre o *Mito de Sísifo* e os *Sambas do Absurdo*

Vinicius Xavier Hoste

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista FAPESP

Orientadora: Profa. Dra. Silene Marques Torres

O intento deste artigo é trabalhar a relação entre o ensaio *O mito de Sísifo* – publicado em 1942 pelo pensador argelino Albert Camus – e o disco *Sambas do Absurdo* – lançado em 2017 pelos artistas brasileiros: Rodrigo Campos, Juçara Marçal e Gui Amabis. Como declarado antes mesmo do lançamento do disco, *Sambas do Absurdo* foi livremente inspirado no ensaio de Camus; todavia, as oito canções que compõem essa obra não se pretendem uma transposição artística do ensaio de Camus, mas – como tentaremos mostrar no decorrer do texto – buscam ir além, possibilitando assim a abertura de novas representações do absurdo. Diante disso, a fim de iluminar a relação entre os dois trabalhos, buscaremos apresentar, em primeiro lugar, o que significa o absurdo para Camus; para isso, percorreremos, principalmente, o caminho traçado pelo autor argelino em *O mito de Sísifo*. Em seguida, tentaremos mostrar como essa teoria do absurdo ecoa nas mais diversas camadas de *Sambas do Absurdo*. Por fim, gostaríamos de ressaltar ainda como o disco não é uma tentativa de “musicar a teoria”, isto é, como ele não tenta simplesmente oferecer ao ouvinte um comentário ou uma exegese do ensaio de Camus, mas, ao invés disso, *Sambas do Absurdo* se afirma enquanto tal, pois aponta para outras possibilidades de abordagem do absurdo.

Palavras-chave: Absurdo. Camus. Samba.

Para Kant, a história da humanidade é diferente da história dos homens?

Wagner Barbosa de Barros

Doutorando em Filosofia | UFSCar | Bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

Para Kant, a ideia de *progresso* é um conceito chave para que se possa compreender sua filosofia da história. Ele afirma que “as disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão (do homem) devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo”. A partir disto, é possível asseverar que as disposições antagônicas individuais são uma espécie de mecanismo para promover o aprimoramento da espécie. À vista disso, *insociável sociabilidade* é um artilheiro que força o indivíduo a não ter outra opção que a de viabilizar meios para que a espécie se aproxime sempre de um estado mais livre e mais justo. O avanço dos “graus de inteligências” necessita de uma temporalidade que a vida do indivíduo não comporta, por consequência, o aperfeiçoamento dos homens deve ser transmitido de uma geração para outra, exemplo disso é o legado educacional, cultural, legal e político da humanidade. Cada geração, composta por diversos indivíduos, trabalha, ainda que inadvertidamente, em prol da finalidade humana, proporcionando de modo particular um contributo que afeta a universalidade da história dos homens. Destarte, o aperfeiçoamento apresentado em sua filosofia da história só pode ser efetivado na espécie, dado que o indivíduo é mortal, ao contrário dela, que, no entender de Kant, é imortal. Essa finalidade diz respeito a maneira como Kant analisa a história humana, na medida em que permanece como uma *ideia da razão*, pois orienta o homem na compreensão de sua história filosófica, conquanto só pode fazê-lo pois atende as necessidades de seu próprio entendimento, que vai do universal-sintético para o particular, realizável a partir do juízo reflexivo. Para Kant, uma história universal não pode discorrer sobre a história particular do homem – ao contrário dos animais, os quais têm uma “história planificada” – mas deve pressupor nela uma ideia que possibilite a compreensão desta história particular como parte do construto da natureza, para a constituição de uma história cosmopolita do gênero humano. A pensabilidade da universalidade não deve ser determinada a partir das instâncias particulares, mas deve, sobre elas, requerer seu aspecto global. Temos por objetivo, portanto, apresentar as diferenças entre a história da humanidade e a história dos homens e, conseqüentemente, os motivos pelos quais Kant é levado a realizar essa distinção.

Palavras-chave: Kant; História; Humanidade; Indivíduo.

O realismo lógico de Husserl: os principais problemas nas conexões entre evidência e existência ideal

Yuri José Victor Madalosso

Mestre em Filosofia | UEL-PR | Bolsista Capes-DS

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli

Nesta comunicação, o objetivo geral é entender a relação entre o caráter posicional do conceito de evidência e a tese acerca da existência ideal dos objetos lógicos nas *Investigações Lógicas* (1900-1901), de Edmund Husserl. Especificamente, é mostrar que a problematização da estrutura posicional da evidência e conhecimento categoriais é necessária para a abordagem do conceito de existência ideal; além disso, irá explicitar que as limitações na diferenciação entre qualidade e posicionamento acarretam em dificuldades epistemológicas cruciais referentes à fundamentação fenomenológica do realismo lógico deste período; por fim, mostrar a primazia do conceito de “síntese identificante”, para abrir uma possibilidade de reconstrução consistente do conceito de evidência atrelado às intuições categoriais. Inicialmente, se fará a reconstrução do conceito de posicionalidade referente à teoria do juízo e da evidência. Em seguida, será explicitada a concepção de evidência das *Investigações Lógicas*; logo após, será tematizado o conceito de existência ideal para, a seguir, apresentar os principais problemas limitações teóricas e, finalmente, será realizado o enfrentamento destas dificuldades pela reconsideração classificatória do conceito de síntese e a reestruturação do conceito de “estado de coisas”.

Palavras-chave: qualidade, posicionalidade; evidência; intuição categorial; existência ideal.